

Bayport Financial Services Moçambique (MCB), SA

Demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

Índice

O relatório e contas abaixo compreende as demonstrações financeiras apresentadas aos accionistas:

	Página(s)
Informações Gerais	2
Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração	3
Relatório do Conselho de Administração	4 - 12
Relatório do Auditor Independente	13 - 16
Demonstração do Rendimento Integral	17
Demonstração da Posição Financeira	18
Demonstração das Variações no Capital Próprio	19
Demonstração dos Fluxos de Caixa	20
Políticas contabilísticas significativas	21 - 35
Notas às Demonstrações Financeiras	36 - 60

Informações Gerais

País de constituição e domicílio	Moçambique
Natureza do negócio e actividades principais	Prestação de serviços financeiros a retalho
Conselho de Administração	Nuno Pedro Silveira Quelhas Alison Blanchard Recém-nomeado Bene Machatine Recém-nomeado Edgar Baloi Recém-nomeado Grant Colin Kurland Hon. Prof José Mateus Muaria Katupha Cessou funções Michael John Mocke Nazir Bhikka Recém-nomeado Suzette José Dalsuco
Endereço comercial	Avenida 25 de Setembro Nº 1147, 3º Andar Maputo Moçambique
Empresa-mãe	Bayport Management Ltd constituída na República das Maurícias
Bancos	Absa Bank Moçambique, SA African Banking Corporation (Moçambique), S.A. Banco Commercial e de Investimentos, S.A. Banco de Investimento Global, S.A. Banco Nacional de Investimento, S.A. Banco Société Générale Moçambique, S.A. First National Bank Moçambique, S.A. BIM - Banco Internancional de Moçambique, S.A. Standard Bank Moçambique, S.A
Auditores	Deloitte & Touche Rua dos Desportistas, 833 Prédio JAT V-1, 3º Andar Maputo, Moçambique
Advogados	CGA Advogados Av. 24 de Julho No 7, 7º Andar Maputo Moçambique
Número de registo do Banco	100312530

Responsabilidades e Aprovação do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a obrigação nos termos do Código Comercial de Moçambique, de manter registos contabilísticos adequados e é responsável pelo conteúdo e integridade das demonstrações financeiras e informações financeiras relacionadas incluídas neste relatório. É da sua responsabilidade assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco no final do exercício financeiro e os resultados das suas operações e os fluxos de caixa do período findo nessa data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board, IASB na sigla Inglesa). Os Auditores externos estão envolvidos para expressar uma opinião independente sobre as demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, conforme emitidas pelo IASB e baseiam-se em políticas contabilísticas apropriadas consistentemente aplicadas e suportadas por estimativas e julgamentos razoáveis e prudentes.

A administração reconhece que é, em última instância, responsável pelo sistema de controlo interno, estabelecido pelo Banco e da considerável importância de manutenção de um forte ambiente de controlo. Para permitir que a administração cumpra com essas responsabilidades, ela define normas de controlo interno destinadas a reduzir o risco de erro ou perda tendo em consideração a relação custo-benefício. As Normas incluem a delegação adequada de responsabilidades no âmbito de uma estrutura claramente definida, procedimentos de contabilidade eficazes e segregação adequada de funções para assegurar um nível de risco aceitável. Esses controlos são monitorados em todo o Banco e todos os colaboradores são obrigados a manter os mais elevados padrões éticos na garantia de que a actividade do Banco seja conduzida de forma que, em todas as circunstâncias razoáveis, seja incorruptível. O foco da gestão de risco no Banco está na identificação, avaliação, gestão e monitoria de todas as formas conhecidas de risco no Banco. Enquanto o risco operacional não pode ser totalmente eliminado, o Banco envida esforços para minimizá-lo assegurando que a infra-estrutura, controlos, sistemas e comportamento ético apropriados sejam aplicados e geridos no âmbito de restrições e procedimentos pré-determinados.

O Conselho de Administração é de opinião, com base na informação e explicações dadas pela direcção, que o sistema de controlo interno proporciona uma garantia razoável de que se pode confiar nos registos financeiros para a preparação das demonstrações financeiras. Porém, qualquer sistema de controlo interno pode apenas proporcionar garantia razoável e não absoluta, contra distorções ou perdas materiais.

O Conselho de Administração reviu a previsão dos fluxos de caixa do Banco do exercício a findar em 31 de Dezembro de 2021 e, de acordo com a mesma revisão e da posição financeira actual, está convicta de que o Banco tem ou teve acesso a recursos suficientes para a sua continuidade operacional num futuro previsível. O Conselho de Administração fez uma avaliação da capacidade do Banco de continuar a operar segundo o pressuposto da continuidade e não tem motivos para duvidar da capacidade do Banco poder continuar a operar segundo esse pressuposto no próximo exercício.

O auditor externo é responsável por auditar e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras do Banco de forma independente. As demonstrações financeiras foram auditadas pelo auditor externo do Banco e o seu relatório é apresentado nas páginas 13 a 16.

As demonstrações financeiras constantes das páginas 17 a 60, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, foram aprovadas pelo conselho de administração em 18 de Março de 2021 e foram assinadas em seu nome por:

Conselho de Administração



Administrador Delegado



Presidente do Conselho de Administração

Relatório do Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem a honra de apresentar o seu relatório sobre as demonstrações financeiras da Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A. (o "Banco") para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

1. Constituição

O Banco foi constituído em 19 de Julho de 2012, na República de Moçambique.

2. Natureza do Negócio

O Banco tem por objecto a prestação de serviços financeiros a retalho e a captação de depósitos. O Banco opera na República de Moçambique.

Não houve nenhuma outra alteração significativa à natureza da actividade do Banco relativamente ao exercício anterior.

Por que existimos: Nossa visão

A nossa visão é ser a marca de soluções financeiras mais valiosa nos mercados escolhidos, fornecendo uma ampla vasta gama de soluções financeiras exclusivas e relevantes, adaptadas às necessidades dos nossos clientes.

Para alcançar este objectivo, a Bayport irá projectar uma nova realidade na prestação de serviços financeiros e será reconhecida por demonstrar consistentemente o mais alto padrão de atendimento, responsabilidade e inovação.

A Bayport será a primeira escolha para a satisfação das necessidades financeiras da população economicamente activa - trazendo esperança, elevação e libertação financeira para as comunidades que servimos.

O que aspiramos ser : Nossa missão

A missão da Bayport é fornecer soluções financeiras adequadas às necessidades de uma ampla e inclusiva base de clientes adoptando tecnologias, liderança de produtos e inovação, com o objectivo de se tornar o principal provedor de soluções financeiras para mercados em desenvolvimento.

Nossas crenças: Os nossos valores

Capacitação

Acreditamos na capacidade e na vontade de todas as pessoas de se fortalecerem e moldarem os seus próprios destinos, tendo em vista as oportunidades económicas e de auto-capacitação correcta e o acesso a soluções financeiras que mudam as suas vidas.-

Acreditamos numa cultura empresarial capacitada, onde a família Bayport é incentivada a ser proactiva e dispõe de ferramentas e a abordagem certas para cumprir a promessa da nossa marca.

Responsabilidade

Acreditamos no nosso dever de atender a cada um e todos clientes de modo a fornecermos um acesso responsável a produtos de risco, crédito e outras soluções financeiras.

Acreditamos no nosso papel como membro responsável das sociedades em que vivemos e prestamos serviços bem como a nossa responsabilidade para com o outro. Defendemos o mais alto padrão de integridade, cidadania empresarial e comportamento ético.

Inovação

Acreditamos na inovação que faça impacto e melhora a situação das pessoas em tecnologia e inovações de produtos que permitem relacionamentos significativos com os nossos clientes

Acreditamos no espírito do empreendedorismo criativo, desafiando convenções e abraçando as lições que aprendemos.

Simplicidade

Estamos comprometidos em fazer e criar produtos simples. Simples de entender e que possam recorrer nos consumidores. Simples de promover e sem custos desnecessários. Uma promessa da marca expressa da maneira mais simples e sincera. Uma promessa de marca expressa da forma mais simples de pensar.

A simplicidade deve ser o mecanismo de orientação relativamente a forma como abordamos os nossos clientes, elaboramos as nossas soluções e inovamos, como trabalhamos juntos, nos reunimos e tomamos decisões.

Relatório do Conselho de Administração (continuação)

2. Natureza do negócio (continuação)

Parceria

Acreditamos no poder de construir relacionamentos duradouros com membros da família Bayport, clientes, comunidades e partes interessadas, com base na confiança e num profundo entendimento do que é importante para os mesmos.

Reconhecemos que os nossos parceiros locais e a administração local são os verdadeiros defensores da nossa marca e que a sua sabedoria local é fundamental para o sucesso.

Relevância

Acreditamos em nos colocar continuamente numa simples série de testes, questionando: "Se o que estamos a fazer é consistente com o modo de operar da Bayport e se ..."

- é bom para o nosso cliente?
- agrega valor ou apoia a família Bayport?
- respeita o critério de custo-benefício?
- é sustentável?

Ao responder "Sim!" asseguramos que os serviços que prestamos são relevantes.

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e com os requisitos do Código Comercial de Moçambique. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente relativamente ao exercício anterior.

Todos os dados respeitantes a posição financeira, resultados das operações e os fluxos de caixa do Banco constam das demonstrações financeiras.

Economia

A nível mundial, a partir de Janeiro de 2021, o Fundo Monetário Internacional (FMI) declarou que, embora as recentes aprovações de vacinas tenham suscitado esperanças de uma reviravolta na pandemia no final deste ano, novas ondas de infecção por covid-19 e novas variantes do vírus suscitam preocupações nas perspectivas económicas mundiais. No entanto, no meio de uma incerteza excepcional, a economia global deverá crescer 5,5% em 2021 e 4,2% em 2022. A previsão para 2021 é revista em alta de 0,3% em relação à previsão anterior, reflectindo as expectativas de um reforço da actividade impulsionado por vacinas no final do ano e apoio político adicional em algumas grandes economias. A recuperação do crescimento projectado este ano segue-se a um grave colapso em 2020 que teve impactos adversos agudos sobre as mulheres, os jovens, os pobres, os empregados informais, e aqueles que trabalham em sectores de contacto-intensivo. A contracção do crescimento global para 2020 está estimada em -3,5%, 0,9% acima do previsto na previsão anterior (reflectindo um impulso mais forte do-que-o previsto no segundo semestre de 2020).

É necessária uma forte cooperação multilateral para controlar a pandemia em todos os lugares. Tais esforços incluem o reforço do financiamento ao Mecanismo de Acesso Mundial às Vacinas contra a COVID-19 (COVAX) para acelerar o acesso às vacinas para todos os países, assegurando a distribuição universal de vacinas, e facilitando o acesso à terapêutica a preços acessíveis para todos. Muitos países, particularmente economias em desenvolvimento de baixo rendimento, entraram na crise com uma dívida elevada, que deverá aumentar ainda mais durante a pandemia. A comunidade global terá que continuar a trabalhar para assegurar o acesso adequado à liquidez para estes países. Quando a dívida soberana é insustentável, os países elegíveis devem trabalhar com os credores para reestruturar a sua dívida ao abrigo do Quadro Comum acordado pelo G20.

Em Outubro de 2020, o Fundo Monetário Internacional (FMI), projectou que o crescimento real do PIB em Moçambique seria de 2,1% e a Taxa de Inflação, índice de preços no consumidor seria de 5,6%.

Numa nota publicada em Fevereiro de 2021, o Instituto Nacional de Estatística (INE) declarou que o Produto Interno Bruto a preços de mercado apresentou uma diminuição de 1,28% em 2020 em comparação com 2019. O desempenho negativo da actividade económica no quarto trimestre de 2020, em comparação com o mesmo período em 2019, é atribuído principalmente ao sector terciário, que diminuiu 4,06%, com maior ênfase no negócio da Hotelaria e Restauração com um decréscimo médio de 22,54%, seguido dos Transportes e Comunicações com uma redução de 7,45% e do ramo dos Serviços Financeiros com um decréscimo de 2,07%.

A inflação anual acelerou pelo terceiro mês consecutivo para 3,27% em Novembro, de 3,20% em Outubro de 2020. Em 2021 espera-se que a inflação acelere a curto e médio prazo. Os preços internos deverão aumentar, reflectindo, essencialmente, o fim de parte das medidas administrativas do governo para conter os preços no contexto da COVID-19, a tendência ascendente dos preços dos alimentos no mercado internacional, e a recuperação gradual da procura de bens e serviços. No entanto, a prorrogação da isenção do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) sobre bens essenciais até 2023 pode atenuar a inflação.

Relatório do Conselho de Administração (continuação)

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

O Comité de Política Monetária do Banco de Moçambique (CPMO) realizou uma reunião em Dezembro de 2020 e decidiu manter a taxa de juro da política monetária, a taxa MIMO, em 10,25%. A decisão foi sustentada pelas perspectivas contínuas de aumento dos preços a médio prazo, associadas aos elevados riscos e incertezas, num contexto de uma esperada lenta recuperação da actividade económica em 2021. O Comité reafirmou que a atenuação dos riscos prevaletentes e a promoção de um crescimento sustentável e inclusivo exige o aprofundamento das reformas estruturais. A CPMO também decidiu manter as taxas de juro da facilidade permanente de depósitos (FPD) e da Facilidade Permanente de Cedência (FPC) em 7,25% e 13,25%, respectivamente, bem como o rácio de reservas mínimas para responsabilidades em moeda nacional e estrangeira em 11,50% e 34,50%, respectivamente.

Ano após ano, o Metical depreciou-se continuamente, abriu o ano em MZN/USD 61,46 e fechou a 74,90 USD. Contudo, a proposta do Orçamento de Estado do Governo de Moçambique, que foi discutida no parlamento a 2 de Dezembro de 2020, previa que a moeda moçambicana registaria uma taxa de câmbio média anual de 69 meticais por dólar americano em 2021. A nível do mercado cambial, as intervenções da autoridade monetária terão em conta a necessidade de assegurar um nível adequado de reservas internacionais brutas para cobrir pelo menos seis meses de importações de bens e serviços, tal como consta do Orçamento de Estado de 2021. As medidas visarão limitar a volatilidade excessiva da taxa de câmbio em relação às principais moedas com as quais o país transacciona bens e serviços.

Desempenho financeiro

Bayport dispõe de uma estratégia a longo prazo e como tal vê numerosas oportunidades em Moçambique, apesar dos desafios económicos e sociais decorrentes da pandemia de Covid-19. O rendimento dos juros cresceu 31% de MZN 2,85 biliões para MZN 3,51 biliões, apoiado por um crescimento proporcional na carteira de crédito de 28%. Por outro lado, as despesas operacionais subiram apenas 8% à medida que o Banco implementou esforços de contenção de custos para mitigar o potencial impacto negativo do Covid-19 e ainda assim apoiar o crescimento da carteira de crédito. Tal impacto incluiu a já mencionada depreciação metical, que causou perdas em moeda estrangeira de MZN 229 milhões, dezanove (19) vezes as perdas registadas em 2019. O movimento de despesas por imparidade e o lucro após dedução de impostos dos MZN 434 milhões registados em 2019 para MZN 393 milhões. Caso contrário, os lucros antes da imparidade, perdas em moeda estrangeira e impostos aumentaram de MZN 611 milhões em 2019 para MZN 1,03 mil milhões em 2020, um aumento desejável de 69%.

As despesas de imparidade aumentaram dos rendimentos registados em 2019 de MZN 36 milhões para uma despesa em 2020 de MZN 219 milhões. Isto reflectiu um regresso à normalidade, sendo 2019 o ano anterior, suportado por um custo de risco aceitável de 2,44%.

Indicadores do desempenho financeiro

	2020 (MZN)	2019 (MZN)
Rentabilidade		
Juros e rendimentos similares	3,643,466,246	2,884,853,156
Rendimento líquido de juros	2,123,601,714	1,610,197,172
Serviços e comissões líquidas	(20,094,266)	(10,436,201)
Rendimentos operacionais	1,874,623,422	1,588,600,899
Gastos Operacionais	1,071,993,711	989,984,296
Gastos de imparidade	218,791,314	(35,983,706)
Lucro do exercício	392,618,271	434,376,840
Posição financeira		
Empréstimos e adiantamentos a clientes (líquidos)	10,901,957,205	9,060,622,459
Depósitos de clientes	2,767,710,888	2,129,337,925
Capital próprio	2,608,801,606	2,216,183,335
Rácios		
Margem de lucro líquida (lucro do exercício/(juros e rend. simil. e rend. Serv. e comissões)	10.84%	15.11%
Rentabilidade do capital próprio (lucro do exercício/média do cap. próprio)	16.27%	22.62%
Empréstimos de cobrança duvidosa/Empréstimos brutos	1.55%	2.81%

A margem de lucro líquida diminuiu de 15,11% para 10,84% principalmente devido ao aumento dos gastos de imparidade, bem como ao aumento das perdas em moeda estrangeira. A rentabilidade dos capitais próprios também diminuiu de 22,62% para 16,27% no mesmo período devido à diminuição da rentabilidade e ao aumento do capital social de MZN 157 milhões recebidos em Dezembro de 2019. O rácio de crédito de cobrança duvidosa diminuiu de 2,81% para 1,55%, em conformidade com as directrizes do Banco de Moçambique. Esta melhoria resultou do abate dos créditos mal-parados em 2020.

Para continuar no seu caminho de crescimento, a Bayport abraça desafios numa posição forte em termos de liquidez, reforçada pela sólida capacidade de financiamento dos accionistas e pelo desempenho favorável dos nossos activos. O aumento do volume de negócios foi estrategicamente alinhado com os investimentos correspondentes em sistemas administrativos, capital humano e tecnologias de informação em anos anteriores para proporcionar a máxima eficiência ao longo de toda a cadeia de valor.

Relatório do Conselho de Administração (continuação)

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

Indicadores do desempenho financeiro (continuação)

O mercado também continuou a ser bastante receptivo ao produto de captação de depósitos, resultando num aumento do saldo de MZN 2,09 biliões no início do ano para MZN 2,73 biliões no final do ano. Como tal, os depósitos continuam a desempenhar um papel importante no nosso financiamento.

O efeito da COVID-19 tem resultado numa diminuição do número de clientes que entram esporadicamente nas agências devido às restrições impostas pelo governo às actividades. No entanto, isto não teve qualquer impacto na nossa rentabilidade e capacidade de continuar com as actividades.

Recursos Humanos

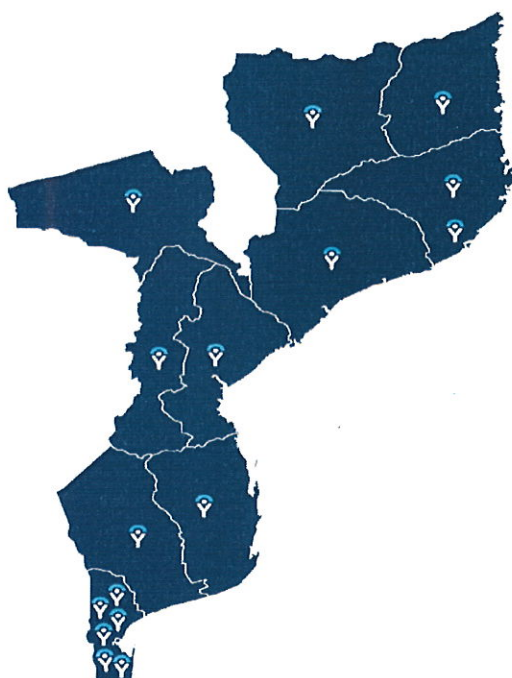
O Banco embarcou num exercício de racionalização do pessoal para remover posições redundantes tanto no centro como nas agências, juntamente com a redução da rede de agências, tal como explicado na secção seguinte. No entanto, houve aditamentos a áreas que se considerou necessitarem de reforço, o objectivo é reduzir a presença a nível de ramo através da digitalização do processo de originação do empréstimo. A partir de Dezembro de 2020, o número de efectivos, incluindo a gestão, era de 201, repartidos da seguinte forma em termos de género.

	2020	2019
Feminino	88	103
Masculino	113	137
Total	201	240

Como parte da estratégia de contenção de custos da entidade, foi implementado um congelamento dos cursos de formação externos. A Bayport fez uso de formação interna de eLearning na plataforma Moodle onde os funcionários receberam formação-interna sobre tópicos como Sensibilização Covid-19, Lavagem de Dinheiro, Fraude, Serviço ao Cliente e Sensibilização para o Risco.

Rede de Agências

O número total de agências que o banco tinha era de 18 no final do ano, inalterado a partir de 2019. Contudo, em Janeiro de 2021, duas agências foram encerradas, ou seja, Inhambane e Tete Matundo. Estas agências foram encerradas por se verificar que estavam demasiado próximos de outras agências (Maxixe e Tete Cidade, respectivamente) para os seus mercados locais. As agências, amplamente distribuídas, permanecem mesmo depois destes encerramentos, com pelo menos uma agência em cada província, reforçando a inclusão financeira. As restantes 16 agências estão localizadas da seguinte forma:



Relatório do Conselho de Administração (continuação)

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (Continuação)

Gestão de risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento da estrutura de gestão de risco. O Comité de Auditoria, Risco e Conformidade ("ARC") é responsável pela supervisão de gestão de risco. O Comité de ARC monitora riscos associados aos relatórios financeiros, políticas contabilísticas, controlo interno e governação de tecnologias de informação. O Comité de Auditoria, Risco e Conformidade é responsável pela gestão de risco, incluindo a definição da estrutura de gestão de risco, definição da apetência pelo risco e monitoria da gestão de risco do Banco incluindo crédito e conformidade. O Banco tem também um Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), que tem a responsabilidade de tomar a dianteira na gestão dos activos e passivos. O ALCO, que é composto por membros da administração, reporta ao comité de ARC.

Assumir riscos é essencial para o negócio financeiro e, portanto, o risco é uma consequência inevitável de realizar negócios. O objectivo do Banco é, portanto, alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Banco.

Risco de liquidez

A adequação e a inadequação controlada dos prazos de maturidades e das taxas de juro de activos e passivos é fundamental para a gestão do risco de liquidez do Banco. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez do Banco e da sua exposição às mudanças nas taxas de juro e taxas de câmbio.

Risco de taxas de juro

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Banco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Banco.

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Banco.

A parte principal da gestão de risco das taxas de juro do Banco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Gestão de risco do capital

A estrutura de capital do Banco consiste em capital próprio, empréstimos e caixa e equivalentes de caixa. O Banco revê a estrutura de capital numa base regular. O Banco Central tem emitidos regulamentos que estabelecem o montante de capital que todos os bancos devem possuir, principalmente, o rácio de solvabilidade de 8% para cobrir os activos ponderados. Por forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Banco pode ajustar o montante dos dividendos a pagar aos accionistas, devolver o capital aos accionistas ou emitir novas acções. Consistentemente com outros sectores de actividade, o Banco também monitora o capital com base no rácio de alavancagem.

No final do ano, o rácio de solvabilidade do Banco situava-se em 11,97%, acima do limite mínimo. No entanto, consciente do crescimento esperado do banco e do impacto que este crescimento teria no rácio de solvabilidade, a Assembleia Geral aprovou a emissão de MZN 527 milhões em Dezembro de 2019. O pedido de aprovação da conversão foi solicitado ao banco central também no mesmo mês, mas ainda não tinha sido concedido até ao final de 2020. Esperamos, no entanto, que tal aprovação seja obtida no primeiro semestre de 2021.

Risco cambial

O Banco está exposto ao risco cambial resultante de várias exposições cambiais, principalmente empréstimos e contas a pagar e saldos bancários em moeda estrangeira (em Dólares Americanos e Randes). Por conseguinte, o Banco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A parte principal da gestão de risco cambial do Banco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco cambial, mitigar o impacto das flutuações cambiais, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de uma estrutura de controlo e de monitoria e respondendo aos potenciais riscos, a instituição é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimento de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Relatório do Conselho de Administração (continuação)

3. Revisão dos resultados financeiros e das actividades (continuação)

Política antifraude

O Banco dispõe de um sistema de denúncias denominado Navex. Este sistema auxilia no fortalecimento da orientação do Banco para uma maior transparência e prevenção e/ou detecção de actividades fraudulentas ao nível das actividades.

4. Capital Social

Emitido	Capital social (MZN)	Percentagem do Capital Social (%)
Bayport Management Ltd	2,458,683,031	99.00
Whatana Investments	12,418,807	0.50
Outros Particulares	12,418,807	0.50
	2,483,520,645	100

A nota 24 das demonstrações financeiras apresenta os detalhes do movimento de capital social emitido.

5. Dividendos

Não foram declarados ou pagos dividendos aos accionistas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 (2019: nulo).

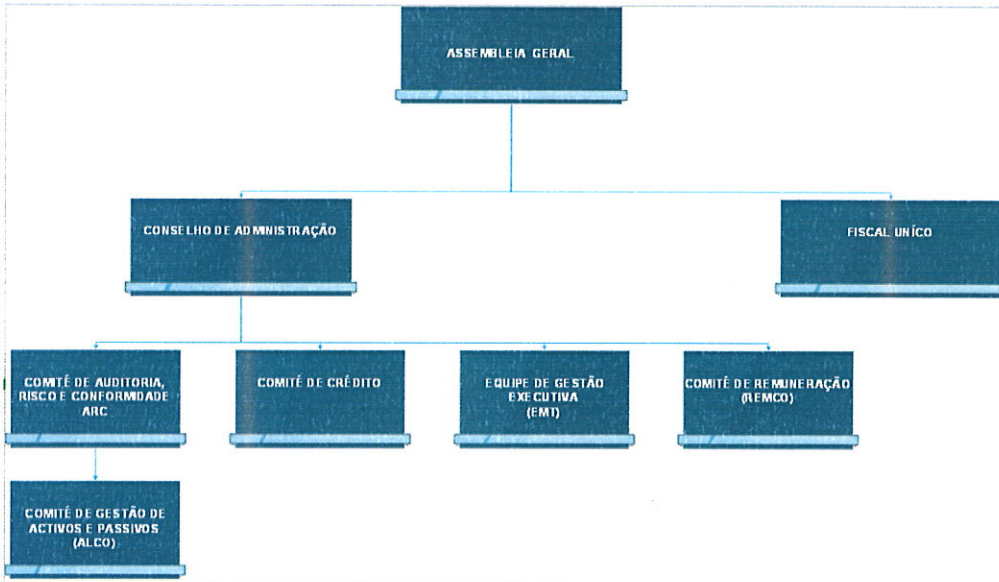
O Conselho de Administração não recomenda a declaração de dividendos no exercício.

Relatório do Conselho de Administração (continuação)

6. Governação

A estrutura de governação do Banco é composta por um Conselho Fiscal Único, um Conselho de Administração e seus Comitês. No final do ano, haviam quatro comitês do Conselho em funcionamento, a saber, o Comitê de Auditoria, Risco e *Conformidade* (ARC) e o Comitê de Crédito e o Comitê de Remuneração (REMCO) O Comitê de Auditoria, Risco e *Conformidade* (ARC) criou um sub-comitê, nomeadamente, o Comitê de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), que se ocupa da gestão de activos e passivos.

Para a gestão quotidiana do Banco, o Conselho de Administração delegou algumas das suas funções ao Comitê Executivo, que é chefiado pelo Director Executivo.



6.1. Conselho Fiscal Único

O fiscal Único do Banco durante o ano foi a CW Ducker.

6.2 Mesa da Assembleia Geral

Hon. Prof Jose Mateus Katupha	Presidente	Nomeado
Malenga Machel		Resignou
Melba Mutimucuo	Secretária da Empresa	Resignou
Rita Donato (CGA)	Secretária da Empresa	Nomeado

6.3. Administradores

Os Administradores do Banco durante e até a data do presente relatório são como se segue:

Nuno Pedro Silveira Quelhas	Presidente	
Grant Colin Kurland	Administrador não-Executivo	
Michael John Mocke	Administrador não-Executivo	
Alison Blanchard	Administrador não-Executivo	Nomeado
Bene Machatine	Executive	Nomeado
Edgar Baloi	Administrador não-Executivo	Nomeado
Hon. Prof José Mateus Muaria Katupha	Administrador não-Executivo	Resignou
Katupha		
Nazir Bhikka	Administrador não-Executivo	Nomeado
Suzette José Dalsuco	Administrador não-Executivo	

Relatório do Conselho de Administração (continuação)

6. Governação (continuação)

6.4 Composição dos Comitês do Conselho

Em 31 de Dezembro de 2020, o Conselho de Administração e os Comitês de Gestão eram os seguintes:

Comité de Auditoria, Risco e Conformidade

Edgar Baloi	Presidente	
Alison Blanchard		Nomeado
Hon. Prof José Mateus Muaria Katupha Katupha		Resignou
Lan Anh Nguyen		Resignou
Oswaldo Nampossa		Nomeado

Comité de Crédito

Chris Lubbe	Presidente	
Michael John Mocke		Resignou
Bene Machatine		
Cesar Bia		Nomeado
Marek Van Wyk		Resignou
Ranganai Mubaiwa		

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO)

Bene Machatine	Presidente	
Michael John Mocke		Resignou
Jarryd Lobley		
Ranganai Mubaiwa		

Comité de Remuneração

Nazir Bhikka	Presidente	
Edma Cumbane		
Hayley van Heerden		

Comité Executivo

Michael John Mocke		Resignou
Bene Machatine	Administrador Delegado	
Cesar Bia	Administrador de Risco e Conformidade	
Edma Cumbane	Administradora de Capital Humano	
Ranganai Mubaiwa	Administrador Financeiro	

7. Eventos após o período de relato

Os administradores não têm conhecimento de nenhum evento relevante ocorrido após a data de relato e até à data do presente relatório.

8. Empresa-mãe

A empresa-mãe é a Bayport Management Ltd que foi constituída na República das Maurícias

9. Auditores

A Deloitte & Touche (Moçambique) Limitada foi nomeada em 6 de Julho de 2016 de acordo com o Código Comercial de Moçambique.

10. Proposta de aplicação de lucros


Propõe-se que MZN 58.892.741, representando 15% do lucro realizado em 2020, seja transferido para uma reserva legal em conformidade com os requisitos legais (Lei 15/99 em particular). É ainda proposto que o restante do lucro, no montante de MZN 333.725.530 seja retido nos resultados acumulados e aplicado na totalidade para aumentar o capital próprio do negócio ("Fundos Proprios").

Relatório do Conselho de Administração (continuação)

As demonstrações financeiras apresentadas nas páginas 17 a 60, que foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 18 de Março de 2021, e vão assinadas em seu nome por:



Nuno Pedro Silveira Quelhas
(Presidente)



Alison Blanchard
(Administrador)



Bene Machatine
(Administrador Delegado)



Edgar Baloi
(Administrador)



Grant Colin Kurland
(Administrador)



Michael John Mocke
(Administrador)



Nazir Bhikka
(Administrador)



Suzette Jose Dalsuco
(Administrador)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

**Aos accionistas da
Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A.**

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da **Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A.** ("o Banco"), constantes das páginas 17 a 60, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2020, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da **Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A.** em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)*, órgão da IFAC – International Federation of Accountants, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
Imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes A nota 31.1 das demonstrações financeiras apresenta divulgações aplicáveis a esta matéria.	A nossa resposta incluiu a execução dos seguintes procedimentos de auditoria: <ul style="list-style-type: none">Identificação de controlos relevantes que endereçam os riscos identificados e avaliação do desenho e implementação dos controlos identificados e, em alguns

<p>Os empréstimos e adiantamentos a clientes no montante de 10.901.957.205 Meticais, que representam 80,2% do total de activos e as perdas acumuladas por imparidade associadas, são significativos no contexto das demonstrações financeiras.</p> <p>O Banco adoptou a NIRF 9 – "Instrumentos financeiros" com referência a 1 de Janeiro de 2017. Esta norma exige que as perdas por imparidade sejam avaliadas com base nas perdas de crédito esperadas (ECL). A determinação da imparidade requer julgamentos significativos e, por conseguinte, identificamos que a imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes como matéria relevante de auditoria.</p> <p>As principais áreas em que identificamos níveis significativos de julgamento são:</p> <p><i>Exactidão do modelo de cálculo de ECL</i></p> <p>O modelo de ECL aplica-se a activos financeiros mensurados ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao valor justo através de outros rendimento integral (FVOCI), activos de locação, e determinados compromissos de crédito, bem como contratos de garantias financeiras.</p> <p>De acordo com a NIRF 9, as perdas por imparidade são mensuradas considerando as seguintes bases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ECLs para 12 meses que resultam de possíveis eventos de incumprimento nos 12 meses subsequentes à data de relato. • ECLs para o tempo de vida que resultam de todos os possíveis eventos de incumprimento durante o tempo de vida de um instrumento financeiro. <p>O Banco é obrigado a reconhecer uma imparidade de 12 meses ou para o tempo de vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito (SICR) desde o reconhecimento inicial. Os indicadores de SICR na carteira de retalho podem incluir tolerância a curto prazo, cancelamento de débito directo, extensão dos prazos (reestruturação).</p> <p>A mensuração das ECLs reflecte um resultado ponderado pela probabilidade, o valor do dinheiro no tempo e as melhores informações prospectivas disponíveis do Banco. O resultado ponderado pela probabilidade acima mencionado considera a possibilidade de ocorrência de perda de crédito e a possibilidade de não ocorrer perda de crédito, mesmo que a possibilidade de perda de crédito seja baixa. As perdas de crédito são mensuradas como o valor presente de todos os défices de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o banco espera receber). As ECLs são descontadas à taxa de juros efectiva do activo financeiro.</p> <p>A avaliação da ECL de um activo financeiro ou de uma carteira de activos financeiros envolve estimativas da probabilidade de ocorrência de incumprimento e das correlações de incumprimento entre as contrapartes. O Banco mensura a ECL usando a probabilidade de incumprimento (PD), a exposição em incumprimento (EAD) e a perda dada o incumprimento (LGD). Esses três componentes são multiplicados e ajustados para a probabilidade de incumprimento. A ECL calculada é então descontada usando a taxa de juros efectiva do activo financeiro.</p> <p>A avaliação do aumento significativo no risco de crédito (SICR) e o cálculo da ECL incorporam informações prospectivas. O Banco realiza análises históricas e identifica as principais variáveis económicas que impactam o risco de crédito e a ECL para cada carteira. Essas variáveis económicas e o impacto associado a PD, EAD e LGD variam de acordo com o instrumento financeiro. Julgamento e estimativas significativos são aplicados nesse processo de incorporação de informações prospectivas para avaliação do SICR e no cálculo de ECL.</p>	<p>casos, na sua efectividade. Focamos nos controlos sobre a identificação das perdas por imparidade; nos processos de governança implementados para modelos de imparidade; inputs e sobreposições; os fóruns de crédito onde julgamentos importantes são considerados; e processos de governança sobre imparidades para redução ao valor recuperável de empréstimos e outras provisões para risco de crédito.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Para avaliar a exactidão do modelo, executamos os seguintes procedimentos: <ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliação das alterações nas definições e metodologias (no nível do parâmetro e do cálculo da ECL); ○ Reexecução do modelo de imparidade a nível de parâmetros, bem como a avaliação de seus componentes, por exemplo, probabilidade de incumprimento, perda dado o incumprimento, exposição em incumprimento, aumento significativo do risco de crédito; e ○ Reexecução dos cálculos de ECL, SICR e migração de estágios. • Avaliação do modelo prospectivo e revisão da adequação de cenários macroeconómicos gerados, bem como quaisquer alterações feitas nos processos ou na governança. Testamos a performance dos cenários em relação aos dados reais e como eles se comparam com base com no nosso conhecimento do sector. • Validação da plenitude, exactidão e a validade dos ajustamentos qualitativos feitos para modelar os resultados. Os ajustamentos dentro do modelo são normalmente auditados por meio duma avaliação independente, à medida que comparamos os resultados do nosso modelo com a imparidade final que incorpora os ajustamentos. • Em relação às exposições da carteira: <ul style="list-style-type: none"> ○ Selecção de amostra de empréstimos e adiantamentos com desempenho e realização de uma avaliação independente detalhada das perdas de crédito esperadas, incluindo avaliações comparativas de empréstimos e adiantamentos contra <i>ratings</i> externos e as classificações produzidas por um modelo de estimação; ○ Ao avaliar as imparidades, considerou-se qualquer garantia obtida. Nos casos em que a gestão usou especialistas para realizar as avaliações, foram avaliadas as suas competências, capacidades e objectividade na realização dessas avaliações. <p>Análise das divulgações incluídas nas notas às demonstrações financeiras, com base nos requisitos das normas internacionais de relatório financeiro.</p>
---	--

Outra informação

O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o relatório da administração e a declaração de responsabilidades dos administradores conforme requerido pelo Código Comercial. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é de fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenham alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificada durante a auditoria.



Deloitte & Touche (Moçambique), Lda

Sociedade de Auditores Certificados nº 09/SAC/OCAM/2014

Representada por:

Zacaria Fakir

Partner

Auditor Certificado nº 16/CA/OCAM/2012

Maputo, 16 de Abril de 2021

Demonstração do Rendimento Integral

Valores em Meticais	Nota(s)	2020	2019
			Reexpresso
Juros e rendimentos similares	3	3,643,466,246	2,884,853,156
Juros e gastos similares	4	(1,519,864,532)	(1,274,655,984)
Rendimento líquido de juros		2,123,601,714	1,610,197,172
Rendimentos de serviços e comissões	5	76,320,578	59,215,970
Gastos com serviços e comissões	5	(96,414,844)	(69,652,171)
Rendimento líquido de Serviços e comissões	5	(20,094,266)	(10,436,201)
Operações financeiras líquidas	6	(228,837,526)	(12,160,644)
Rendimento sobre activos móveis disponíveis para venda		(46,500)	1,000,572
Rendimento Operacional		1,874,623,422	1,588,600,899
Imparidade de empréstimos e adiantamentos e contas a receber	12&13	(218,791,314)	35,983,706
Rendimentos operacionais líquidos		1,655,832,108	1,624,584,605
Gastos com o pessoal	7	(474,664,122)	(438,055,170)
Depreciações e amortizações	15&16&17	(90,423,461)	(84,308,853)
Outros gastos operacionais	8	(506,906,128)	(467,620,273)
Lucro antes de impostos		583,838,397	634,600,309
Imposto corrente	9.1	(157,162,215)	-
Imposto diferido	9.1	(34,057,911)	(200,223,469)
Lucro do exercício		392,618,271	434,376,840
Total do rendimento integral do exercício		392,618,271	434,376,840



Contabilista Certificado

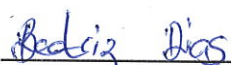


Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração da Posição Financeira

Valores em Meticais	Nota	2020	2019 Reexpresso	2018 Reexpresso
Activos				
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	282,769,581	230,703,736	204.472,926
Depósitos em outras instituições financeiras	11	152,441,778	310,674,721	387,960,473
Empréstimos a adiantamentos a clientes	12	10,901,957,205	9,060,622,459	6,433,034,163
Outros activos	13	61,763,143	173,296,350	47,975,385
Outros activos financeiros	14	1,271,286,876	634,293,283	6,960,302
Activos tangíveis	15	77,362,009	108,272,553	107,792,701
Ativos sob direito de uso	16	191,783,183	226,364,222	-
Activos intangíveis	17	562,282,904	81,472,777	68,617,358
Activos por impostos correntes	9.2	400,000	300,000	200,000
Activos por impostos diferidos	9.3	83,360,569	117,418,482	317,641,950
Total de Activos		13,585,407,248	10,943,418,583	7,574,655,258
Passivos e Capital Próprio				
Passivos				
Recursos de clientes	18	2,767,710,888	2,129,337,925	1,032,188,688
Recursos de instituições de crédito	19	369,553	5,639	1,540,345
Outros passivos	20	335,007,644	295,315,991	138,641,128
Locação financeira	21	225,726,248	243,243,016	2,386,157
Empréstimos	22	4,717,270,300	3,622,671,111	2,503,309,136
Empréstimos dos accionistas	23	2,789,994,726	2,436,661,566	2,272,032,365
Impostos a pagar	9.2	140,526,283	-	-
Total dos Passivos		10,976,605,642	8,727,235,248	5,950,097,819
Capital próprio				
Capital Social	24	2,483,520,645	2,395,968,000	1,905,808,000
Outras Componentes de Capital Próprio	24	157,250,976	244,803,621	577,714,565
Reserva legal	25	128,472,369	63,315,843	21,622,296
Prejuízos acumulados		(160,442,384)	(487,904,129)	(880,587,422)
Total do capital próprio		2,608,801,606	2,216,183,335	1,624,557,439
Total dos Passivos e do Capital Próprio		13,585,407,248	10,943,418,583	7,574,655,258



Contabilista Certificado



Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração das Variações no Capital Próprio

Valores em Meticais	Capital Social	Outras componentes de capital próprio	Total do Capital	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total do capital próprio
Saldo a 1 de Janeiro de 2019	1,905,808,000	577,714,565	2,483,522,565	21,622,296	(880,587,422)	1,624,557,439
Aumento do capital social	490,160,000	(490,160,000)	-	-	-	-
Aumento em depósito de acções	-	157,249,056	157,249,056	-	-	157,249,056
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	434,376,840	434,376,840
Transferência para reservas legais	-	-	-	41,693,547	(41,693,547)	-
Total de alterações	490,160,000	(332,910,944)	157,249,056	41,693,547	392,683,293	591,625,896
Saldo a 01 de Janeiro de 2020	2,395,968,000	244,803,621	2,640,771,621	63,315,843	(487,904,129)	2,216,183,335
Aumento do capital social	87,552,645	(87,552,645)	-	-	-	-
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	392,618,271	392,618,271
Transferência para reservas legais	-	-	-	65,156,526	(65,156,526)	-
Total de alterações	87,552,645	(87,552,645)	-	65,156,526	327,461,745	392,618,271
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	2,483,520,645	157,250,976	2,640,771,621	128,472,369	(160,442,384)	2,608,801,606
Nota	24	24	24	25		


 Contabilista Certificado


 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Valores em Meticais	Nota(s)	2020	2019 Reexpresso
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Caixa utilizado em operações	26	1,003,960,834	137,058,901
Juros pagos sobre empréstimos		(799,154,262)	(649,260,362)
Juros pagos sobre depósitos de clientes		(226,950,618)	(193,101,768)
Imposto pago		(16,735,931)	(100,000)
Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades operacionais		(38,879,977)	(705,403,229)
Fluxo de caixa líquido utilizado em Actividades de investimento			
Aquisição de activos tangíveis	15	(11,467,531)	(37,352,688)
Investimento em títulos	14	(636,993,593)	(627,332,981)
Aquisição de activos intangíveis	17	(487,408,543)	(17,778,326)
Alienação de activos tangíveis		-	1,561,462
Fluxo de caixa líquido utilizado em actividades de investimento		(1,135,869,667)	(680,902,533)
Fluxo de caixa líquido gerado em actividades de financiamento			
Emissão de obrigações (líquida de reembolsos)		361,000,000	520,000,000
Aumento líquido em empréstimos		1,657,000,000	707,667,206
Reembolso de empréstimos contraídos		(934,013,604)	(131,770,340)
Aumento líquido dos empréstimos dos accionistas		8,614,936	269,484,513
Diminuição líquida em locações financeiras		(24,382,700)	(28,595,853)
Fluxo de caixa líquido gerado em actividades de financiamento		1,068,218,632	1,336,785,526
Diminuição líquida em caixa e equivalentes de caixa		(106,531,012)	(49,520,236)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		541,372,818	590,893,054
Total de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	28	434,841,806	541,372,818


 Contabilista Certificado


 Conselho de Administração

As demonstrações financeiras devem ser lidas em conjunto com as notas às demonstrações financeiras.

Políticas Contabilísticas Significativas

Informação Comparativa

A Bayport Financial Services Moçambique (MCB), S.A., (doravante designada por "Bayport" ou "Banco"), é uma instituição financeira privada, constituída em 19 de Julho de 2012, com Sede em Maputo, Moçambique. A empresa mãe é a Bayport Management Limited, uma sociedade constituída nas Maurícias e também envolvida na concessão de créditos a particulares, particularmente, colaboradores no sector público.

1. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como emitidas pelo IASB, e pelas disposições do aviso 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2007. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, excepto para a mensuração de certos instrumentos financeiros pelo justo valor, e incorporam as principais políticas contabilísticas a seguir descritas. As demonstrações financeiras são apresentados em Meticais.

Para efeitos de supervisão, Bayport qualifica-se como um Banco que está sujeito à Lei 15/99 de 11 de Novembro de 1999, parcialmente alterada pela Lei 9/2004 de 21 de Julho de 2004 e é supervisionado pelo Banco de Moçambique.

A demonstração da posição financeira é apresentada por ordem decrescente de liquidez. As referências a maturidades correntes desses activos e passivos financeiros são divulgadas nas notas explicativas da demonstração financeira e na análise dos activos e passivos financeiros. As políticas contabilísticas são consistentes com o exercício anterior, excepto quando especificamente indicado de outra forma.

1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza de estimativa

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer que a administração faça julgamentos, estimativas e pressupostos que podem afectar a aplicação de políticas contabilísticas e quantias reportadas de activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados baseiam-se na experiência histórica e noutros factores que se acredita serem razoáveis, dadas as circunstâncias. Elas formam a base para fazer juízos sobre valores contabilísticos de activos ou passivos que não são de outra forma imediatamente claros. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e pressupostos são periodicamente revistas. As alterações de estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista se a revisão afectar somente esse período, ou o período da revisão e períodos futuros, se a revisão afectar ambos períodos.

Determinadas políticas contabilísticas foram identificadas em situações onde a Gestão aplicou um nível mais alto de julgamento que tenha efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, ou estimativas e pressupostos que possuam um risco significativo de causar um ajustamento relevante nas quantias escrituradas dos activos e passivos no próximo exercício financeiro. Os resultados reais poderiam, por definição, portanto, diferir frequentemente das estimativas contabilísticas relacionadas. O uso mais significativo de julgamentos e estimativas é detalhado como se segue:

Pressuposto da continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Banco no que concerne à continuidade das suas operações e está convicta de que possui recursos suficientes para a continuidade das suas operações num futuro previsível. Adicionalmente, a gestão não tem conhecimento de nenhuma incerteza significativa que possa pôr em causa a continuidade das operações do Banco. Consequentemente, as demonstrações financeiras do Banco continuam a ser preparadas com base no princípio da continuidade.

Vida útil e valores residuais de activos

Os activos tangíveis são depreciados ao longo da sua vida útil tendo em conta valores residuais, quando apropriado. As vidas úteis dos activos e os valores residuais são avaliados no final de cada exercício e podem variar dependendo de vários factores. Ao re-avaliar a vidas dos activos, são tidos em conta factores como inovação tecnológica, ciclos de vida dos produtos e programas de manutenção.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pela legislação fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da instituição sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Os autoridades fiscais têm o direito de rever a situação fiscal da instituição por um período de até 5 (cinco) anos, o que pode resultar em eventuais ajustamentos devido a diferentes interpretações e/ou-incumprimento da legislação aplicável, nomeadamente, em sede de Contribuição Industrial, IRT, Tributação das Pessoas Colectivas (IRPC), Tributação das Pessoas Singulares (IRPS) e Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que o Banco se encontra sujeito. Eventuais correcções a base fiscal declarada como resultado destas revisões não deverão ter um efeito sobre as demonstrações financeiras.

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.1 Julgamentos significativos e fontes de incerteza das estimativas (continuação)

Activos por impostos diferidos

Activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis e permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado no futuro face ao qual os mesmos activos podem ser utilizados. Os prováveis lucro tributáveis são estimados com base em planos de negócios que incluem estimativas e pressupostos sobre o crescimento económico, taxas de juros, taxa de inflação, taxas de imposto e forças concorrenciais.

Justo valor de instrumento financeiro

Quando o justo valor de activos e passivos financeiros registados nas demonstrações não pode ser calculado com base em cotações de mercados activos, o justo valor é determinado usando diversas técnicas de avaliação, que incluem uso do modelo dos fluxos de caixa descontados. Os dados a inserir nestes modelos são obtidos com base na informação disponível de mercados quando possível, contudo, sempre que tal não seja exequível, é necessário recorrer em alguma medida de julgamento para determinar o justo valor. Os julgamentos incluem considerações de dados tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Alterações nos pressupostos acerca destes factores podem afectar o justo valor reconhecido nas demonstrações financeiras.

Imparidade de activos financeiros

As imparidades de activos financeiros são registadas usando a abordagem prescrita na NIRF 9, a menos que o activo seja considerado em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, casos em que aqueles requisitos específicos contidos na NIRF 9 serão aplicados. Esta abordagem requer a provisão para perdas de crédito esperadas ao invés de perdas de crédito incorridas conforme o requisito da NIC 39. A estimativa de imparidades de activos financeiros é inerentemente incerta e depende de muitos factores, incluindo condições económicas gerais (actuais e futuras), mudanças estruturais nos sectores de actividade, alteração das circunstâncias de clientes particulares e outros factores externos, tais como, requisitos legais, especificações regulamentares e mudanças nas políticas governamentais.

Após o reconhecimento de activos financeiros, as perdas de crédito esperadas para 12 meses serão registadas. As imparidades avaliadas para perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão registadas para activos financeiros cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Imparidades mensuradas em perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro serão também registadas para activos financeiros que estejam em imparidade de crédito.

Locações de acordo com a NIRF 16

Os julgamentos críticos feitos sobre a aplicação da IFRS 16 incluem a identificação dos contratos de arrendamento e a razoabilidade em determinar se será exercida uma extensão ou uma opção de rescisão.

1.2. Activos tangíveis

Activos tangíveis são itens tangíveis que o Banco detém para uso próprio ou arrendado a terceiros e que se espera que sejam utilizados por mais de um ano.

O custo de um item de propriedade e equipamento é reconhecido como um activo quando:

- for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para Banco; e
- o custo do item possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos tangíveis são inicialmente mensurados ao custo.

Os custos incluem os dispêndios inicialmente incorridos para adquirir ou criar um activo tangível e os custos incorridos posteriormente para adicioná-lo, substituir parte do mesmo, ou prestar-lhe serviço. Se o custo de substituição for reconhecido no valor contabilístico de um item de investimentos em empreendimentos conjuntos, o valor contabilístico da parte substituída é desreconhecido.

Os activos tangíveis são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os activos tangíveis são depreciados pelo método de quotas constantes durante a vida útil prevista para o seu valor residual estimado.

A vida útil dos itens de activos tangíveis foi avaliada da seguinte forma:

Item	Vida útil média
Mobiliário de escritório	5 anos
Viaturas	4 anos
Equipamento de escritório	5 anos
Equipamento informático	3 anos
Obras em edifícios arrendados	Durante o tempo previsto do contrato (5 anos)

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.2 Activos Tangíveis (continuação)

O valor residual, a vida útil e o método de depreciação de cada activo são revistos no final de cada período de relato. Se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança é contabilizada como uma alteração na estimativa contabilística.

Cada componente de um activo tangíveis que represente um custo significativo em relação ao custo total do item é depreciado separadamente.

O custo de depreciação para cada período é reconhecido no resultado a menos que seja incluído na quantia escriturada de outro activo.

Os testes de imparidade são realizados nos activos tangíveis quando existe um indicador de que podem estar em imparidade. Quando a quantia escriturada de um activos tangíveis é avaliado como sendo superior ao valor recuperável estimado, uma perda por imparidade é reconhecida imediatamente nos resultados, de forma a alinhar a quantia escriturada com o valor recuperável.

Desreconhecimento de activos tangíveis

Um activo tangível é desreconhecido após a alienação ou quando não se espera nenhum benefício económico futuro do seu uso continuado ou alienação. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento de um activo tangível apurado como sendo a diferença entre a quantia pela qual o item foi alienado, se houver, e a quantia escriturada do item, é incluído em remiltodos quando o item é desreconhecido.

1.3 Activos intangíveis

Um activo intangível é reconhecido quando:

- for provável que benefícios económicos futuros associados ao item fluirão para o Banco; e
- o custo do item possa ser fiavelmente mensurado.

Os activos intangíveis são inicialmente mensurados pelo custo

Os activos intangíveis são registados pelo custo menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade.

Os activos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil infinita quando, baseado em todos os factores relevantes, não existe uma previsão do limite para o período que se espera que um activo produza influxos de caixa. Para estes activos não é registada nenhuma amortização, mas os mesmos são sujeitos a testes de imparidade anuais e sempre que existam indicações de que o activo possa estar em imparidade. Para todos os outros activos intangíveis, a mortização é calculada com base em quotas constantes durante a vida útil estimada.

O período de amortização e o metodo de amortização são revistos em cada data de relato.-

A reavaliação da vida útil dos activos intangíveis com vida útil finita após ter sido classificado como infinita é um indicador de que o activo possa estar em imparidade. Por isso, o activo é sujeito a teste de imparidade e a quantia escriturada é amortizada durante a vida útil remanescente.

Itens internamente gerados, tais como marcas, logótipos, títulos de publicações, listas de clientes e itens similares nao são reconhecidos como activos intangíveis.

A amortização é reconhecida pelo método de quotas constantes durante a vida útil estimada. A vida útil estimada e o método de amortização são revistos no final de cada período de relato. Os efeitos de de qualquer alteração na estimativa são contabilizados numa base prospectiva:

Item	Vida útil média
Software informático	3 - 7 years

Um activo intangível é desreconhecido na alienação, ou quando não são esperados benefícios económicos futuros resultantes da utilização ou alienação. O ganho ou a perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível, mensurado como sendo a diferença entre a quantia a qual o item foi alienado, se houver, e a quantia escriturada do activo, é reconhecido em resultados quando o activo é desreconhecido.

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.4 Instrumentos financeiros

Classificação

O Banco classifica os activos e passivos financeiros nas seguintes categorias:

- Activos financeiros ao custo amortizado;
- Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral;
- Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

O Banco pode fazer uma eleição irrevogável no reconhecimento inicial para investimentos específicos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados ao justo valor através de resultados para apresentar mudanças subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral. Este investimento não é detido para negociação nem retribuição contingente.

Um activo financeiro é mensurado pelo custo amortizado se o mesmo satisfaz as duas condições abaixo e não é designado pelo justo valor através dos resultados:

- O activo é detido num modelo de negócios cujo objectivo consiste em deter activos para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o montante de capital em dívida.

Avaliação do modelo de negócios

O Banco faz uma avaliação do objectivo do modelo de negócios em que um activo é detido ao um nível da carteira porque esta situação reflecte melhor a forma como o negócio é gerido e as informações são fornecidas à gestão. As informações consideradas incluem:

- as políticas e os objectivos estabelecidos para a carteira e a implementação dessas políticas na prática. Em particular, se a estratégia da Gestão centra-se em ganhar rendimentos de juros contratuais, combinando a duração dos activos financeiros aos passivos que estão a financiar esses bens ou a realizar fluxos de caixa através de vendas dos activos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à Gestão do Banco;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócios (e os activos financeiros detidos nesse modelo de negócios) e como esses riscos são geridos;
- a frequência, o volume e o calendário das vendas em períodos anteriores, as razões para tais vendas e as expectativas sobre a futura actividade de vendas. Informações sobre a actividade de vendas são consideradas como parte da avaliação geral de como o objectivo do Banco é estabelecido para gerir os activos financeiros e alcançado e como os fluxos de caixa são realizados.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente pagamentos de capital e de juros

Para efeitos desta avaliação, 'capital' é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. 'Juros' são definidos como o valor temporal do dinheiro e para o risco de crédito associado com o montante de capital em dívida durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como a margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são exclusivamente de pagamento de capital e juros, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Isto inclui avaliar se o activo financeiro contém uma cláusula contratual que poderia mudar o calendário ou a quantia de fluxos de caixa contratuais, de forma que não fosse satisfazer esta condição. Ao fazer esta avaliação, o Banco considera:

- a taxa de juros cobrada aos clientes;
- a comissão de originação e comissão de serviço cobradas aos clientes;
- quaisquer outros montantes cobrados aos clientes (se existirem);
- eventos contingentes que mudariam a quantia e o calendário dos fluxos de caixa;
- características de alavancagem;
- termos de pagamentos antecipados e de extensão;
- termos que limitam a reivindicação do Banco aos fluxos de caixa de activos específicos (por exemplo, regime de activos sem recurso); e
- características que modificam a consideração do valor temporal do dinheiro (por exemplo, redefinição periódica das taxas de juros).

Os activos financeiros que foram classificados como mensurados ao custo amortizado incluem caixa e depósitos no Banco Central, Depósitos em outras instituições financeiras, outros activos, e empréstimos e adiantamentos.

Se o modelo de negócio/ teste do SPPI (Classificação dos Instrumentos Financeiros - Somente pagamento de principal e juros) não for satisfeito, o activo financeiro seria classificado como justo valor através de lucros ou perdas.

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.4 Instrumentos Financeiros (continuação)

Reconhecimento inicial e mensuração

O Banco reconhece inicialmente activos e passivos financeiros na data em que o Banco se torna parte contratual dos instrumentos. Isto ocorre na data em que esses instrumentos financeiros são originados.

Os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente pelo justo valor. Os custos de transacção que são directamente atribuíveis a aquisição ou emissão de activos e passivos financeiros são adicionados ou deduzidos do justo valor dos activos ou passivos financeiros, consoante o caso, no reconhecimento inicial.

O Banco geralmente não reclassifica instrumentos financeiros entre diferentes categorias subsequentemente ao reconhecimento inicial. Activos financeiros são reclassificados somente se o Banco alterar o seu modelo de negócios para gerir activos financeiros. Em conformidade com a NIRF 9:

- Passivos financeiros nunca podem ser reclassificados; e
- Activos financeiros só podem ser reclassificados se houver uma mudança no modelo de negócios.

Mensuração subsequente

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI)

Instrumentos de Capital Próprio designados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVTOCI) são inicialmente mensurados ao justo valor acrescido de custos de transacção. Posteriormente, são mensurados ao justo valor com ganhos e perdas decorrentes de variações no justo valor reconhecidos em outro rendimento integral e acumulados em outras reservas.

Os valores reconhecidos em outro rendimento integral não são reclassificados para lucros ou prejuízos em nenhuma circunstância, sendo transferidos para resultados acumulados em caso de alienação.

Custo amortizado

Os activos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, são mensurados usando o método da taxa de juro efectiva, menos quaisquer perdas esperadas por imparidade, que são reconhecidas nos lucros ou prejuízos. O custo amortizado é calculado tendo em conta quaisquer custos de transacção na aquisição, bem como as comissões e os custos que são parte integrante da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados ao longo da vida esperada do activo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro. Ao calcular a taxa de juros efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos com imparidade de crédito, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não as perdas de crédito esperadas. Para os activos com imparidade de crédito, a taxa de juro efectiva ajustada é calculada utilizando os fluxos de caixa estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas. O cálculo da taxa de juros efetiva inclui custos de transacção e comissões que são parte integrante da taxa de juros efetiva. Os custos de transacção incluem custos incrementais que são directamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um activo financeiro ou passivo financeiro.

As comissões de originação de originação são consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva e são contabilizadas em juros e outros rendimentos semelhantes.

As perdas de crédito esperadas são calculadas através da utilização de uma metodologia apropriada de imparidade.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva.

Desreconhecimento

Os activos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando o Banco realiza os direitos em relação aos benefícios especificados no contrato, os direitos expiram, o activo é substancialmente modificado ou o Banco renuncia ou de outra forma perde o controlo dos direitos contratuais que compreendem o activo financeiro. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do activo financeiro e os rendimentos a receber (incluindo quaisquer novos activos obtidos) são incluídos na demonstração de outro rendimento integral.

Os passivos financeiros (ou uma parte dos mesmos) são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for cumprida, cancelada ou tiver expirado. No acto do desreconhecimento, a diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro, incluindo custos relacionados não amortizados e o valor pago para o mesmo é incluído na demonstração do rendimento integral.

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.4 Instrumentos Financeiros (continuação)

Imparidade de activos financeiros

Aumento significativo no risco de crédito

Ao determinar se o risco de incumprimento num instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custos e esforços indevidos. O Banco utilizou a presunção refutável de vencidos à mais de 30 dias para identificar um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Risco de Crédito

O Banco acompanha o risco de crédito dos mutuários, utilizando informações qualitativas e quantitativas, tais como o número de dias de atraso e de recapitalização. Os dias de atraso representam o número de dias em que a prestação contratual está vencida e o rectificativo é calculado por referência ao histórico de pagamentos mais recente dos empréstimos. A definição de inadimplência utilizada na mensuração das perdas esperadas de crédito é consistente com a definição de inadimplência utilizada para fins de nossa gestão interna de risco de crédito. A política de gestão é utilizar a recência para avaliar o estado de incumprimento de um empréstimo em oposição aos dias em atraso devido a altos níveis de administração e atrasos concomitantes associados a deduções na folha de pagamento. A definição interna de inadimplência é utilizada em vez da presunção de 90 dias da NIRF 9.

Definição de Incumprimento

O Banco considera o seguinte como constituindo um evento de incumprimento para fins internos de gestão de risco de crédito, considerando que a experiência histórica indica que os activos financeiros que satisfazem a um dos seguintes critérios geralmente não são recuperáveis:

- quando houver violação dos compromissos financeiros pelo devedor; ou
- informações desenvolvidas internamente ou obtidas de fontes externas indicam que é improvável que o devedor pague integralmente aos seus credores, incluindo o Banco (sem levar em conta quaisquer garantias detidas pelo Banco).

Independentemente da análise acima referida, o Banco considera que o incumprimento ocorreu quando um activo financeiro está com mais de 90 dias de atraso.

Activos financeiros em imparidade

Em cada data de reporte, o Banco avalia se os activos financeiros registados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um activo financeiro encontra-se em imparidade de crédito quando ocorre um ou mais eventos que tenham um impacto negativo no futuro estimado nos fluxos de caixa futuros do activo financeiro.

A evidência de que um activo financeiro está com imparidade de crédito inclui dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- uma violação de contrato, com um incumprimento ou um atraso;
- O(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, terem concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- torna-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Política de abate

O Banco retira um activo financeiro quando existe informação indicando que o devedor está em grave dificuldade financeira e não há perspectivas realistas de recuperação, por exemplo, quando o devedor for colocado em liquidação ou tiver entrado em processo de falência ou, no caso de contas a receber, quando os valores tiverem vencido há mais de dois anos, o que ocorrer primeiro. Os activos financeiros abatidos ainda podem estar sujeitos a actividades de execução de acordo com os procedimentos de recuperação do Banco, considerando o aconselhamento jurídico quando apropriado. Quaisquer recuperações feitas são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.4 Instrumentos Financeiros (continuação)

Mensuração e reconhecimento de perdas de crédito esperadas

O Banco reconhece as provisões para perdas de crédito esperadas sobre os seguintes activos financeiros:

- Empréstimos e adiantamentos; e
- Clientes e outros devedores.

As imparidades são mensuradas como perdas de crédito esperados num prazo de 12 meses após a originação. Quando tiver havido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial de um activo financeiro, a provisão de perda é mensurada como um montante igual a perdas de crédito previstas para o ciclo de vida.

As indemnizações por perdas comerciais e outros créditos são sempre medidas num montante igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida.

As perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses são a parte de perdas de crédito previstas que resultam de situações de incumprimento de um instrumento financeiro, que são possíveis dentro do período de 12 meses após a data de relato.

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada pela probabilidade das perdas de crédito. As perdas de crédito esperadas são mensuradas como segue:

- Activos financeiros que não apresentam imparidade na data de relato - como o valor presente de todos os défices de fluxos de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber);
- Activos financeiros em imparidade de crédito na data de relato - como a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

As provisões para perdas de crédito esperadas são apresentadas na demonstração da posição financeira como uma dedução da quantia escriturada bruta do activo financeiro.

O Banco classifica o empréstimo em 3 diferentes estágios com base na recapitalização e nos dias de atraso da seguinte forma:

Alocação de Estágios NIRF 9	Recência	Recência
Cálculo da perda esperada (ECL) de 12 meses - O risco de crédito não aumentou significativamente desde que o reconhecimento inicial é baixo	Desempenho Padrão	Nenhuma prestação em falta (NIRF 9 Estágio 1)
Cálculo da perda esperada (ECL) para o tempo de vida - sem imparidade de crédito - O risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e o risco de crédito não é baixo	Desempenho Activo (1-2)	Empréstimos que estão com desempenho activo, na folha de pagamento, e que fizeram o pagamento de uma ou de ambas as suas 2 prestações mais recentes previstas. Os empréstimos nesta categoria referem-se principalmente a empréstimos em atrasos por aspectos técnicos que geralmente ainda estão na folha de pagamento e, como consequência, evidenciam uma elevada propensão para o pagamento. (NIRF 9 Estágio 2)
	Desempenho Activo (3-4)	Empréstimos de desempenho parcial que, nos últimos quatro períodos consecutivos analisados, falharam as duas últimas prestações esperadas, mas pagaram uma ou ambas as duas últimas prestações vencidas. Este é um grupo de transição, sendo a maioria desses empréstimos indicativos de separação da folha de pagamento e com probabilidade de passar para grupo de Créditos de cobrança duvidosa ou mal parados (NPLs), mas é necessário mais tempo e análise para confirmar essa avaliação. (NIRF 9 Estágio 2)
Cálculo da perda esperada (ECL) para o tempo de vida - Crédito com imparidade - O risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e perda por imparidade de crédito nos empréstimos	Crédito mal parado	Os empréstimos que foram revistos durante os últimos quatro períodos consecutivos, falharam as quatro prestações previstas. (NIRF 9 Estágio 3)
	Crédito de cobrança duvidosa	Empréstimos inadimplentes onde a probabilidade de recuperação é incerta e a separação da folha de pagamento foi confirmada, bem como os empréstimos com imparidade de crédito, que foram identificados para Write-Off de créditos (abate ao ativo) sujeitas a aprovação do Conselho de Administração. (NIRF 9 Estágio 3)

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.4 Instrumentos Financeiros (continuação)

A nota 32 Apresenta os detalhes sobre a gestão e medição do risco de crédito

- dificuldades financeiras significativas do emitente ou mutuário;
- uma violação de contrato, com um incumprimento ou um atraso;
- O(s) mutuante(s) do mutuário, por razões económicas ou contratuais relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, terem concedido ao mutuário facilidades que de outra forma não concederiam;
- torna-se provável que o mutuário vá entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado activo para esse activo financeiro devido a dificuldades financeiras.

Cliente e outros devedores

Contas a receber comerciais são mensuradas no reconhecimento inicial pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. Provisões adequadas para montantes incobráveis estimados são reconhecidas nos lucros ou prejuízos quando houver evidência objectiva de que o activo está em imparidade. Dificuldades financeiras significativas do devedor, a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou a reorganização financeira e o incumprimento ou o relaxe nos pagamentos são considerados indicadores de que a conta a receber está em imparidade. A provisão reconhecida é mensurada como a diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efectiva calculada no momento do reconhecimento inicial.

A quantia escriturada do activo é reduzida através do uso de uma conta de provisão, e o montante da perda é reconhecido nos lucros ou prejuízos em gastos operacionais. Quando uma conta a receber for incobrável, ela é abatida face à conta de imparidade para contas a receber. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente abatidos são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Clientes e outras contas a receber são classificadas como activos financeiros ao custo amortizado.

Fornecedores e outros credores

Contas a pagar são inicialmente mensuradas pelo justo valor e são posteriormente mensuradas pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro na mão e depósitos à ordem e outros investimentos altamente líquidos de curto prazo que são prontamente conversíveis numa quantia conhecida de dinheiro e estão sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor. Os mesmos são inicialmente e posteriormente registados pelo justo valor.

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.4 Instrumentos Financeiros (continuação)

Descoberto e empréstimos bancários

Descobertos e empréstimos bancários são inicialmente mensurados pelo justo valor e são posteriormente mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva.

Compensação

Passivos e activos financeiros são compensados e o valor líquido reportado na demonstração da posição financeira, quando houver um direito legalmente exequível para compensar os montantes reconhecidos e houver uma intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

1.5 Imposto

Activos e passivos por impostos correntes

Impostos correntes para períodos correntes e anteriores são, na medida que não estiverem pagos, reconhecidos como um passivo. Se o valor já pago em relação aos períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso é reconhecido como um activo.

Passivos/(activos) por impostos correntes para o exercício corrente e períodos anteriores são mensurados pelo valor previsto a ser pago às / (recuperado das) autoridades tributárias, usando as taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Activos e passivos por impostos diferidos

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto na medida em que o passivo por impostos diferidos resultar a partir do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, a qual no momento da transacção, não afecta o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que o lucro tributável estará disponível face ao qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada. Um activo por impostos diferidos não é reconhecido quando o mesmo resultar do reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção, no momento desta, não afectar o lucro contabilístico nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para o reporte de prejuízos fiscais não utilizados e créditos (STC) não utilizados, na medida em que seja provável que haja lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e os créditos (STC) não utilizados possam ser utilizados.

Activos e passivos por impostos diferidos são mensurados com as taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis ao período quando o activo for realizado ou o passivo for liquidado, com base em taxas fiscais (e leis fiscais) que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas no final do período de relato.

Os activos e passivos fiscais diferidos são compensados quando existe um direito legal de compensar activos e passivos fiscais correntes com passivos fiscais correntes e quando estes estão relacionados com impostos sobre o rendimento cobrados pela mesma autoridade fiscal e o Banco pretende liquidar os seus activos e passivos fiscais correntes numa base líquida.

Gastos com impostos

Impostos correntes e diferidos são reconhecidos como rendimento ou gasto e incluídos no lucro ou prejuízo do exercício, excepto na medida em que o imposto decorre de uma transacção ou acontecimento que é reconhecido, no mesmo ou num período diferente em outro rendimento integral.

Imposto sobre o valor acrescentado

O imposto sobre o valor acrescentado é reconhecido como parte dos custos de aquisição do activo ou parte dos custos, conforme aplicável.

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.6 Locações

No início de um contrato, o Banco avalia se um contrato é, ou contém, um contrato de arrendamento. Um contrato é, ou contém, um contrato de arrendamento se o contrato transmite o direito de controlar a utilização de um bem identificado durante um período de tempo em troca de uma contrapartida. Para avaliar se um contrato confere o direito de controlar a utilização de um bem identificado, o Banco avalia se:

- O contrato envolve o uso de um activo identificado - isto pode ser especificado explícita ou implicitamente, e deve ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um activo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver um direito de substituição substancial, então o activo não é identificado;
- O Banco tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do activo durante todo o período de utilização; e
- O Banco tem o direito de controlar o uso do activo. O Banco tem este direito quando tem os direitos de decisão que são mais relevantes para mudar como e para que finalidade o activo é utilizado. Em casos raros em que a decisão sobre como e para que finalidade o activo é usado é pré-determinada, o Banco tem o direito de controlar o uso do activo se qualquer um deles:
 - O Banco tiver o direito de operar o activo; ou
 - O Banco concebeu o activo de uma forma que predetermina como e com que finalidade o activo é utilizado.

No início ou na reavaliação de um contrato que contenha uma componente de locação, o Banco atribui a contrapartida do contrato a cada componente de locação com base nos seus preços autónomos relativos. No entanto, para as locações de terrenos e edifícios em que é locatário, o Banco optou por não separar os componentes que não sejam de locação e contabilizar os componentes de locação e os que não sejam de locação como um único componente de locação

Como locatário

O Banco reconhece um direito de uso do activo e um passivo de locação na data de início da locação. O direito de uso do activo é inicialmente mensurado pelo custo, que compreende o montante inicial do passivo do contrato de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação efectuados na data de início ou antes dessa data, mais quaisquer custos directos iniciais incorridos e uma estimativa dos custos para desmantelar e remover o activo subjacente ou para restaurar o activo subjacente ou o local em que este se encontra, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

O activo sob direito de uso é subsequentemente depreciado usando o método das quotas constantes desde a data de início até ao primeiro dia do fim da vida útil do activo do direito de uso ou até ao fim do prazo de locação. As vidas úteis estimadas dos activos do direito de uso são determinadas na mesma base que as dos bens e equipamentos. Além disso, o direito de uso do activo é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se houver, e ajustado para certas remensurações do passivo de locação.

O passivo da locação inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos da locação que não são pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita na locação ou, se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa de empréstimo incremental do Banco. Em geral, o Banco utiliza a sua taxa de juro de empréstimo incremental como a taxa de desconto.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo, -pagamentos fixos em espécie;
- pagamentos de locação variáveis que dependem de um índice ou de uma taxa, inicialmente mensurados usando o índice ou a taxa na data de início;
- montantes que se esperam que sejam pagos ao abrigo de uma garantia de valor residual; e
- o preço de exercício de uma opção de compra que o Banco tenha a certeza razoável de exercer, pagamentos de locação num período de renovação opcional se o Banco tiver a certeza razoável de exercer uma opção de prorrogação, e penalidades por rescisão antecipada de uma locação, a menos que o Banco tenha a certeza razoável de não rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efetiva. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros da locação decorrente de uma alteração num índice ou taxa, se existir uma alteração na estimativa do Banco do montante que se espera que seja pagável sob uma garantia de valor residual, ou se o Banco altera a sua avaliação sobre se irá exercer uma opção de compra, prorrogação ou rescisão.

Quando o passivo da locação é remensurado desta forma, um ajuste correspondente é feito na quantia escriturada do activo sob direito de uso, ou é registrado no lucro ou prejuízo se a quantia escriturada do activo tiver sido reduzida a zero.

O Banco apresenta activos de direito de uso que não se enquadram na definição de investimento em "imobilizado corpóreo" e passivos de locação financeira na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e locações de bens de baixo valor

O Banco optou por não reconhecer o direito de uso de activos e passivos por locação financeira para locações de curto prazo com prazo igual ou inferior a 12 meses e locações de activos de baixo valor, incluindo equipamento informático. O Banco reconhece os pagamentos associados a estes contratos de locação como um gasto numa base linear ao longo do prazo da locação.

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.7 Imparidade de activos não financeiros

O Banco avalia, no final de cada período de relato, se existe alguma indicação de que um activo possa estar em imparidade.

Independentemente de haver qualquer indicação de imparidade, o Banco também:

- testa activos intangíveis com vida útil indefinida ou activos intangíveis ainda não disponíveis para o uso para perda por imparidade ao valor recuperável anualmente, comparando a quantia escriturada com o seu valor recuperável. Este teste de imparidade é realizado numa base anual e para todos os períodos de relato.

Se houver qualquer indicação de que um activo possa estar em imparidade, a quantia recuperável é estimada para o activo particular. Se não for possível estimar a quantia recuperável do activo particular, é determinada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A quantia recuperável de um activo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior entre o seu justo valor menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Se a quantia recuperável de um activo for menor do que a quantia escriturada, esta é reduzido à sua quantia recuperável. Essa redução é uma perda por imparidade.

A perda por imparidade de activos registados pelo custo menos qualquer depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em gastos. Qualquer perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de uma perda por imparidade de activos registados pelo custo menos depreciação ou amortização acumulada é reconhecida imediatamente em ganhos ou perdas. Qualquer reversão de uma perda por imparidade de um activo revalorizado é tratada como um aumento de revalorização.

1.8 Capital social e capital próprio

Um instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencia interesses residuais nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos

Acções ordinárias são classificadas como capital próprio.

Acções ordinárias são reconhecidas pelo valor nominal e classificadas como 'capital social' no capital próprio. Todos os montantes recebidos da emissão de acções que excedem o valor nominal são classificados como 'prémio de emissão' no capital próprio. Os dividendos são reconhecidos como um passivo no momento em que os mesmos são declarados.

1.9 Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo

O custo dos benefícios de curto prazo aos empregados (aqueles pagos no prazo de 12 meses após o serviço ser prestado, tais como a licença remunerada e licença médica, bónus, e benefícios não monetários tais como cuidados médicos) é reconhecido no período em que o serviço é prestado e não é descontado.

O custo previsto de licenças remuneradas é reconhecido como um gasto, uma vez que os colaboradores prestam serviços que aumentam o seu direito, ou, no caso de ausências não acumuladas, quando a ausência ocorre.

O custo previsto de participação nos lucros e de pagamentos de bónus é reconhecido como um gasto quando existir uma obrigação legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em consequência do desempenho passado.

Planos de contribuição definida

Pagamentos aos planos de benefícios de reforma de contribuição definida são registados como custo assim que se vencem.

O Banco faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida, nomeadamente para o Instituto Nacional de Segurança Social ("INSS").

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.10 Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando:

- o Banco tiver uma obrigação presente como resultado de um evento passado;
- for provável que uma saída de recursos que incorpora benefícios económicos será necessária para liquidar a obrigação; e
- a obrigação pode ser estimada com fiabilidade.

O montante da provisão é o valor presente das despesas que se esperam ser necessárias para liquidar a obrigação.

Na situação em que se espera que algumas ou todas as despesas necessárias para liquidar uma provisão sejam reembolsadas por outra parte, o reembolso será reconhecido quando, e somente quando, estiver praticamente certo que o reembolso será recebido caso a entidade liquide a obrigação.

O reembolso deve ser tratado como um activo separado. O montante reconhecido para o reembolso não deverá exceder o montante da provisão.

Provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras.

Se uma entidade tiver um contrato que é oneroso, a obrigação presente nos termos do contrato será reconhecida e mensurada como uma provisão.

Uma obrigação construtiva de reestruturação surge apenas quando uma entidade:

- tem um plano formal detalhado para a reestruturação, identificando pelo menos:
 - o negócio ou parte de um negócio em causa;
 - os principais locais afectados;
 - a localização, função e número aproximado de empregados que serão compensados pela cessação de seus serviços;
 - os gastos que serão realizados; e
 - quando será implementado o plano; e
- suscitou uma expectativa válida naqueles afectados de que realizará a reestruturação implementando esse plano ou anunciando as suas principais características aos afectados por eles.

Após o reconhecimento inicial, os passivos contingentes reconhecidos em combinações de negócios que são reconhecidos separadamente são subsequentemente mensurados segundo o:

- o valor que seria reconhecido como provisão; e
- o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada.

Activos e passivos contingentes não são reconhecidos. Contingências (se existirem) são divulgadas na Nota 29.

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.11 Rédito

Política geral

O rédito é reconhecido no momento da transferência do controlo de produtos ou serviços prometidos aos clientes num valor que reflecta a contraprestação que o Banco espera receber em troca desses produtos ou serviços. O rédito é reconhecido líquido de provisões para devoluções e impostos cobrados aos clientes.

O rédito inclui taxas de prestação de serviços a clientes, cobrança de dívidas e encargos financeiros sobre empréstimos.

Rendimentos de Juros

Os juros são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva.

É calculado aplicando-se a taxa de juro efectiva a quantia escriturada bruta de um activo financeiro, excepto para:

- activos financeiros em imparidade adquiridos ou originados. Para esses activos financeiros, a Empresa aplica a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo financeiro desde o reconhecimento inicial.
- activos financeiros que não foram adquiridos ou originados de activos financeiros em imparidade, mas que posteriormente se tornaram activos financeiros em imparidade. Para esses activos financeiros, a Empresa aplica a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro em períodos de relato subsequentes

A taxa de juros efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para o valor contabilístico bruto de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa previstos, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas. O cálculo inclui todos os pontos e comissões pagos ou recebidos entre as partes no contrato que são parte integrante da taxa de juros efectiva, os custos de transacção e de todos os outros prémios ou descontos.

A taxa de juro efectiva é a taxa que exactamente desconta futuros pagamentos ou recebimentos em dinheiro estimados durante a vida prevista do activo ou passivo financeiro para a quantia escriturada bruta de um activo financeiro ou ao custo amortizado de um passivo financeiro que é um activo financeiro comprado ou originado com imparidade de crédito. Ao calcular a taxa de juro efectiva, o Banco estima os fluxos de caixa esperados, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera as perdas de crédito esperadas.

Rendimentos de serviços e comissões

O Banco obtém rendimentos de serviços e comissões através dos serviços que presta aos seus clientes. As comissões podem ser classificadas em duas categorias como se segue:

Comissões que são cobradas por prestação de serviços durante um determinado período de tempo

São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas operações de crédito, tais como a emissão de Garantias Bancárias e Cartas de Crédito.

Receita de taxas de prestação de serviços operacionais

As taxas são reconhecidas como rédito quando um acto significativo tiver sido realizado.

1.12 Custos diferidos

Custos diferidos são custos originados por empréstimos. Estes são reconhecidos ao longo do prazo do empréstimo usando o método da taxa de juro efectiva.

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.13 Custos de empréstimos obtidos

Custos de empréstimo que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo qualificável são capitalizados como parte do custo desse activo até que o activo esteja pronto para o uso pretendido. O montante dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização é determinado da seguinte forma:

- Custos de empréstimos reais em fundos especificamente considerados como empréstimo com o objectivo de obter um activo qualificável menos qualquer investimento temporário desses empréstimos.
- Média ponderada dos custos de empréstimos aplicáveis à entidade sobre os recursos geralmente emprestados com a finalidade de obter um activo qualificado. Os custos de empréstimos capitalizados não excedem o total dos custos incorridos.

A capitalização dos custos de empréstimos inicia quando:

- as despesas do activo foram incorridas;
- os custos de empréstimos foram incorridos, e
- quando as actividades que são necessárias para preparar o activo para seu uso pretendido ou venda estão em curso.

A capitalização é suspensa durante períodos prolongados em que o desenvolvimento activo é interrompido.

A capitalização cessa quando, substancialmente, todas as actividades necessárias para preparar o activo qualificável para seu uso ou venda pretendido são concluídas.

Outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que forem incorridos usando o método dos juros efectivos.

1.14 Conversão de moeda estrangeira

Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas, no reconhecimento inicial, em Meticais, pela aplicação à quantia de moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transacção.

No final de cada período de relato:

- itens monetários em moeda estrangeira são convertidos usando o câmbio de fecho;
- itens não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando o câmbio à data da transacção; e
- itens não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira são convertidos usando o câmbio à data quando o justo valor foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários à taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial, durante o período ou nas demonstrações financeiras anteriores são reconhecidas em resultado e no período em que as mesmas surgem.

Quando o ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em outro rendimento integral e acumulado no capital próprio, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é reconhecido em noutro rendimento integral e acumulado no capital próprio. -Quando um ganho ou perda num item não monetário for reconhecido em resultados, qualquer componente cambial desse ganho ou perda é, igualmente, reconhecido nos lucros ou prejuízos.

Fluxos de caixa decorrentes de transacções em moeda estrangeira são registados em Meticais pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio entre o Metical e a moeda estrangeira à data do fluxo de caixa.

1.15 Partes relacionadas

Partes relacionados são indivíduos e empresas que têm a capacidade de directa ou indirectamente, controlar ou exercer influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras e operacionais. Transacções e saldos com partes relacionadas encontram-se divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.16 Valores Comparativos

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração identificou a necessidade de corrigir o seguinte:

- (i) a classificação incorrecta das comissões de abertura (anteriormente classificadas em rendimentos de serviços e comissões em vez de juros e rendimento similares, uma vez que faz parte da taxa de juro efectiva)
- (ii) A classificação incorrecta do custo de transacção de empréstimos
- (iii) A classificação incorrecta dos juros a pagar sobre depósitos de clientes e empréstimos.

Como resultado da correcção destes erros, foram feitos os seguintes ajustamentos à informação financeira de 2019 e 2018:

Descrição	2019 Conforme anteriormente relatado	Reexpressão	2019 Reexpresso
Rendimento			
Juros e rendimentos similares	2,848,423,884	36,429,272	2,884,853,156
Rendimentos de serviços e comissões	95,645,242	(36,429,272)	59,215,970
	2,944,069,126	-	2,944,069,126
Activos			
Outros activos	216,334,881	(43,048,531)	173,296,350
	216,334,881	(43,048,531)	173,296,350
Passivos			
Recursos de clientes	2,093,273,744	36,064,181	2,129,337,925
Empréstimos	3,509,364,789	113,306,322	3,622,671,111
Outros passivos	487,735,025	(192,419,034)	295,315,991
	6,090,373,558	(43,048,531)	6,047,325,027

Descrição	2018 Conforme anteriormente relatado	Reexpressão	2018 Reexpresso
Rendimento			
Juros e rendimentos similares	2,121,424,422	-	2,121,424,422
Rendimentos de serviços e comissões	41,657,472	-	41,657,472
	2,163,081,894	-	2,163,081,894
Activos			
Outros activos	89,250,261	(41,274,876)	47,975,385
	89,250,261	(41,274,876)	47,975,385
Passivos			
Recursos de clientes	988,423,360	43,765,328	1,032,188,688
Empréstimos	2,413,467,923	89,841,213	2,503,309,136
Outros passivos	313,522,545	(174,881,417)	138,641,128
	3,715,413,828	(41,274,876)	3,674,138,952

Políticas Contabilísticas Significativas (continuação)

1.16 Valores Comparativos (continuação)

Descrição	2019	Reexpressão	2019
	Conforme anteriormente relatado		Reexpresso
Lucro antes de impostos	634,600309	-	634,600309
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações	84,308,853	-	84,308,853
Perda/(lucro) na alienação de activos não correntes detidos para venda	(986,082)	-	(986,082)
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	10,140,949	-	10,140,949
Aumento/(diminuição) da imparidade de crédito	(36,039,395)	-	(36,039,395)
Juros a pagar sobre depósitos de clientes	-	185,400,620	185,400,620
Juros a pagar sobre empréstimos	-	674,499,127	674,499,127
Juros pagos sobre empréstimos	-	(649,260,362)	(649,260,362)
Juros pagos sobre depósitos de clientes	-	(193,101,769)	(193,101,769)
Imposto pago	(100,000)	-	(100,000)
Variações no capital circulante:			
Aumento/(diminuição) de outros activos	(127,094,621)	-	(127,094,621)
Aumento do montante bruto de empréstimos e adiantamentos a clientes	(2,591,548,900)	-	(2,591,548,900)
Aumento das contas a pagar	216,465,275	(17,537,617)	198,927,658
Aumento em depósitos de clientes	1,104,850,383	-	1,104,850,383
Caixa utilizado em operações	(705,403,229)	-	(705,403,229)

Notas às Demonstrações Financeiras

2. Novas Normas e Interpretações

No presente exercício, o Banco aplicou todas as Normas novas e revistas e interpretações conforme emitidas pelo IASB e pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) do IASB que são relevantes para as suas operações e efectivas para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2020.

2.1 Normas e interpretações novas e revistas efectivas e adoptadas no presente exercício

As seguintes Normas e Interpretações relevantes foram aplicadas nestas demonstrações financeiras. No entanto, não tiveram qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco, mas podem ter impacto nas contas através de transacções ou acordos futuros.

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras - Emendas relativas à definição do que é material

IAS 1 Classificação de passivos como Correntes ou Não-Correntes

IAS 8 Políticas contabilísticas, Alterações nas estimativas contabilísticas e Alterações de erros - relativos à definição de material

NIRF 7 Instrumentos financeiros: Alterações de divulgação - relativas a questões prévias à substituição no contexto da reforma das taxas inter-bancárias IBOR oferecidas.

NIRF 9 Alterações de Instrumentos Financeiros - relativas a características de pré-pagamento com compensação negativa e modificações de passivos financeiros

2.2 Normas e Interpretações emitidas, mas ainda não efectivas

À data de autorização destas demonstrações financeiras, as seguintes Normas e Interpretações relevantes foram emitidas, mas em vigor no período anual em ou após as respectivas datas conforme indicado:

NIRF 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro Emendas resultantes dos Melhoramentos Anuais às Normas NIRF 2018-2020 subsidiária como adoptante pela primeira vez (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022)

NIRF 4 Contratos de seguro - Alterações relativas à data de expiração da abordagem diferida (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

NIRF 4 Contratos de seguro- Alterações relativas a questões de substituição no contexto da reforma das taxas inter-interbancárias oferecidas (IBOR) (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

NIRF 7 Instrumentos financeiros: Emendas às divulgações relativas a questões de substituição no contexto da reforma das taxas inter-bancárias oferecidas -IBOR (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2021)

NIRF 9 Instrumentos Financeiros - Emendas resultantes do melhoramento anual das normas NIRF 2018-2020 - taxas no teste "10 por cento" para o desconhecimento de passivos financeiros (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022)

NIRF 9 Instrumentos Financeiros - Alterações relativas a questões de substituição no contexto da reforma das taxas inter-bancárias oferecidas - IBOR (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2021)

NIRF 16 Locações - Alterações ao exemplo 13 (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2021)

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras - Emenda para adiar a data efectiva das emendas de Janeiro de 2020 (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Alterações relativas à classificação das responsabilidades (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

IAS 16 Activos Tangíveis; Emendas que proíbem uma empresa de deduzir do custo dos activos fixos tangíveis os montantes recebidos da venda de artigos produzidos enquanto a empresa prepara o activo para o seu uso pretendido (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022)

NIRF 17 Contratos de Seguro - edição original (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

NIRF 17 Contratos de Seguro - Emendas para responder às preocupações e desafios de implementação que foram identificados após a publicação da IFRS 17 (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023)

IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes - Emendas relativas aos custos a incluir ao avaliar se um contrato é oneroso (em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2022).

Os administradores prevêm que estas alterações serão aplicadas nas demonstrações financeiras anuais para os períodos anuais com início nas respectivas datas, conforme indicado acima. Os administradores ainda não avaliaram o impacto potencial da aplicação dessas alterações.

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais	2020	2019
3. Juros e rendimentos similares		
Juros de empréstimos e adiantamentos a clientes	3,553,316,681	2,845,390,766
Juros de empréstimos aos trabalhadores	497,634	618,362
Juros bancários e de títulos de investimento	89,651,931	38,844,028
Total de juros e rendimentos similares	3,643,466,246	2,884,853,156
4. Juros e gastos similares		
Juros das obrigações	464,763,161	403,946,310
Juros de empréstimos e descobertos bancários	411,426,963	304,795,763
Juros de empréstimos dos accionistas	215,591,027	199,539,260
Juros de contratos de locação financeira	45,049,881	53,215,828
Juros de depósitos de clientes	383,033,500	313,158,823
Total de juros e gastos similares	1,519,864,532	1,274,655,984
5. Rendimento líquido de serviços e comissões		
Rendimentos de serviços e comissões		
Comissões de intermediação nos seguros de vida	76,320,578	59,215,970
Gastos com serviços e comissões		
Gastos com serviços e comissões	96,414,844	69,652,171
Rendimento líquido de serviços e comissões	(20,094,266)	(10,436,201)
6. Operações financeiras líquidas		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Diferenças de câmbio desfavoráveis líquidas	(228,837,526)	(12,160,644)
Ganhos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis	-	4,164,235
Perdas financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(228,837,526)	(16,324,879)
7. Gastos com o pessoal		
Os gastos com o pessoal são como segue:		
Remunerações aos trabalhadores	464,870,867	427,699,716
Impostos	9,793,255	10,355,454
Total dos gastos com o pessoal	474,664,122	438,055,170

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais	2020	2019
8. Outros gastos operacionais		
Imposto de selo	3,955,538	5,396,691
Honorários Profissionais	257,515,557	206,801,978
Deslocações estadias	32,004,691	27,963,534
Comunicações	6,972,536	6,883,048
Rendas de Imóveis	1,154,720	10,397,357
Publicidade	4,387,861	17,181,061
Combustível	3,017,657	3,885,728
Despesas de Representação	42,090	77,599
Seguros	5,890,086	4,465,681
Multas e penalidades	1,405,249	516,323
Segurança de Instalações	8,525,061	9,828,044
Impressão e material de escritório	10,971,993	11,440,537
Manutenção e reparação	4,563,040	6,851,551
Outros	166,500,049	155,931,141
Total de outros gastos operacionais	506,906,128	467,620,273

9. Impostos sobre o rendimento

9.1 Imposto sobre rendimento reconhecido em resultados

Imposto corrente

Em relação ao exercício corrente	140,526,284	-
Imposto sobre o rendimento retido na fonte	16,635,931	-
Total do imposto corrente	157,162,215	-

Imposto diferido

Em relação ao exercício corrente	34,057,911	200,223,469
Total de imposto diferido	34,057,911	200,223,469

Total de gastos com imposto sobre o rendimento reconhecido no exercício corrente	191,220,126	200,223,469
---	--------------------	--------------------

Reconciliação de gastos com impostos

Reconciliação entre o lucro contabilístico e gastos com impostos.

	2020		2019	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa	Valor
Lucro antes de impostos		583,838,397	-	634,600,309
Imposto sobre o rendimento usando a taxa de imposto	32.00%	186,828,287	32.00%	203,072,099
Correcções fiscais				
Encargos não dedutíveis	2.5%	91,473,780	2.5%	15,900,446
Rendimentos dedutíveis	-2.12%	(26,802,973)	-2.12	(13,495,801)
Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores		(110,972,810)	-	(205,688,063)
Tributação	-	140,526,284	-	-

9.2 Activos e passivos por impostos correntes

Activos por impostos correntes (IRPC-Imposto por conta)	400,000	300,000
Imposto corrente	(140,526,283)	-
	(140,126,283)	300,000
Em 1 de Janeiro	300,000	200,000
Imposto pago	100,000	100,000
Imposto corrente para o ano reconhecido na demonstração do rendimento intergral	(140,526,283)	-
Em 31 de Dezembro	(140,126,283)	300,000

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticals	2020	2019
9. Impostos sobre o rendimento (continuação)		
9.3 Activos por impostos diferidos		
Segue-se a análise dos activos por impostos diferidos apresentados na demonstração da posição financeira.		
Activos por impostos diferidos	83,360,569	117,418,482
Total de activos por impostos diferidos		
Taxas de depreciação aceleradas	10,820,228	7,051,973
Diferenças cambiais favoráveis (desfavoráveis) não realizadas	72,540,341	(606,301)
Prejuízos fiscais	-	110,972,810
Total de activos por impostos diferidos	83,360,569	117,418,482
Reconciliação de activos por impostos diferidos		
Em 1 de Janeiro	117,418,482	317,641,950
Taxas de depreciação aceleradas	3,768,255	1,662,361
Diferenças cambiais desfavoráveis não realizadas	73,146,642	3,802,234
Prejuízos fiscais	(110,972,810)	(205,688,063)
Em 31 de Dezembro	83,360,569	117,418,482
Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais foram totalmente utilizadas para compensar os rendimentos tributáveis durante o ano.		
Reconciliação dos prejuízos fiscais		
Em 1 de Janeiro	346,790,031	989,565,230
Prejuízos fiscais utilizados	(346,790,031)	(642,775,199)
Em 31 de Dezembro	-	346,790,031

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticals	2020	2019
---------------------	------	------

10. Caixa e disponibilidades no Banco Central

Activos correntes

A rubrica de caixa e disponibilidades no Banco Central é a seguinte:

Moeda nacional	282,769,581	230,703,736
	282,769,581	230,703,736

Os saldos detidos no Banco de Moçambique estão em conformidade com os requisitos regulamentares de manter reservas obrigatórias suficientes. As reservas obrigatórias mínimas foram de MZN 238,178,988 em 2020 (31 de Dezembro de 2019: MZN 235,475,875). O regime em vigor em 31 de Dezembro de 2020, conforme especificado na Circular 01/EMO/2020 do Aviso 08/GBM/2019 do Banco de Moçambique, estabelece que as instituições financeiras têm a obrigação de depositar um saldo médio de 11.50% dos seus depósitos de clientes em Moeda local e 34.50% dos depósitos em moeda estrangeira no final de cada período de apuramento (2019:13% e 36% respectivamente). Estes depósitos obrigatórios não são remunerados. As reservas obrigatórias são restritas e não para uso diário pelo Banco e devem ser revistas mensalmente.

11. Depósitos em outras instituições financeiras

Activos correntes

Depósitos em outras instituições de crédito compreendem:

Saldos de caixa		
Dinheiro móvel disponível	7,209,794	5,021,882
Saldos em depósitos bancários		
Moeda nacional	144,237,933	303,849,415
Moeda estrangeira	994,051	1,803,424
Total de saldos em depósitos bancários	145,231,984	305,652,839
Total de depósitos em outras instituições financeiras	152,441,778	310,674,721

12. Empréstimos e adiantamentos a clientes

Montante brutos dos empréstimos	11,162,676,317	9,305,273,270
Imparidade acumulada	(260,719,112)	(244,650,811)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10,901,957,205	9,060,622,459

Análise do movimento da imparidade

Em 1 de Janeiro	244,650,811	281,161,009
Imparidade líquida reconhecida em resultados	218,886,356	(36,039,395)
Utilização das imparidades	(202,818,055)	(470,803)
Em 31 de Dezembro	260,719,112	244,650,811

Activos não correntes	9,434,419,153	7,815,960,674
Activos correntes	1,467,538,052	1,244,661,785
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10,901,957,205	9,060,622,459

As divulgações sobre o risco de crédito encontram-se na nota 31.1.

À data do presente relatório não existiam empréstimos e contas a receber dos membros do Conselho de Administração.

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais	2020	2019
13. Outros activos		
Activos correntes		
Despesas Pré-pagas	19,235,777	148,569,137
Outros devedores	42,576,421	24,871,308
Imparidade	(49,055)	(144,095)
Total de outros activos	61,763,143	173,296,350
Análise do movimento de imparidade		
Em 1 de Janeiro	144,095	88,406
Imparidade reconhecida em resultados	(95,040)	55,689
Em 31 de Dezembro	49,055	144,095

Outros devedores são constituídos pelo seguinte:

Adiantamento a trabalhadores	4,374,080	8,576,784
Depósitos de caução	4,623,375	4,801,375
Consumíveis	50,000	60,000
Devedores diversos	33,528,966	11,433,149
Total de outros devedores	42,576,421	24,871,308

Devedores diversos incluem:

Comissões de intermediação nos seguros de vida	27,282,041	7,921,988
Outros	6,246,925	3,511,161
Total Devedores diversos	33,528,966	11,433,149

14. Outros activos financeiros

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, foi efectuado o seguinte investimento financeiro:

Tipo de investimento

Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	14.1	6,960,302	6,960,302
Activos financeiros ao custo amortizado	14.2	1,264,326,574	627,332,981
		1,271,286,876	634,293,283

Saldo inicial	634,293,283	6,960,302
Adições	3,556,299,074	627,332,981
Vencido	(2,919,305,481)	-
Em 31 de Dezembro de 2020	1,271,286,876	634,293,283

14.1 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Empresa	Tipo	Participação (%)	Número de acções	Valor (MZN)
Sociedade Interbancária de Moçambique	Participação	0.50	63,275	6,327,548
Taxas de registo	-	-	-	632,754
	-	0.50	63,275	6,960,302

Em Setembro 2018, o Banco adquiriu 0.5% das acções na SIMO (Sociedade Interbancária de Moçambique).

O investimento não é detido para negociação. Assim, os administradores do Banco optaram por designar esse investimento em instrumentos capital próprio pelo valor justo através de outro rendimento integral.

O investimento representa 0,5% na Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) no que respeita ao licenciamento da SIMO que presta serviços de pagamento ao banco e a outras instituições de crédito. O investimento é contabilizado pelo seu custo, uma vez que o seu justo valor não pode ser mensurado de forma fiável.

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais	2020	2019
14. Títulos de investimento (continuação)		
14.2 Activos financeiros ao custo amortizado		
Bilhetes de Tesouro	1,264,326,574	627,332,981

Os bilhetes do tesouro no valor de MZN 1,26 bilhões (2019: 627,3 milhões) têm vencimentos que vão de 13 de Janeiro de 2021 a 16 de Junho de 2021 e fazem parte da carteira de activos líquidos do banco em termos da regulamentação do Banco de Moçambique sobre o Rácio de Liquidez (Aviso 14/GBM/2017). Os juros obtidos durante o ano variaram entre 7,50% e 11,76% por ano. A estratégia do Banco consiste em investir em títulos que tenham, a partir da data do investimento, maturidades não superiores a seis meses.

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais

15. Activos Tangíveis

Activos não correntes

Custo	Móveis e utensílios	Viaturas	Equipamento de escritório	Equipamento informático	Obras em edific. arrendados	Activos em curso	Total
Em 1 de Janeiro de 2019	26,088,188	31,611,182	27,494,141	41,462,470	47,896,290	12,490,008	187,042,279
Adições	3,674,054	11,546,550	4,411,064	8,787,265	8,933,755	-	37,352,688
Alienações	(115,505)	(5,744,573)	(21,716)	(201,950)	-	-	(6,083,744)
Transferências	225,448	-	3,812,681	346,555	6,315,609	(10,353,738)	346,555
Em 1 de Janeiro de 2020	29,872,185	37,413,159	35,696,170	50,394,340	63,145,654	2,136,270	218,657,778
Adições	203,306	4,880,000	657,139	4,461,675	1,265,411	-	11,467,531
Alienações	(41,820)	-	-	-	-	-	(41,820)
Em 31 Dezembro de 2020	30,033,671	42,293,159	36,353,309	54,856,015	64,411,065	2,136,270	230,083,489
Amortisacao acumulada							
Em 1 de Janeiro de 2020	9,918,276	18,188,861	11,187,371	25,168,503	14,786,567	-	79,249,578
Depreciação do exercício	4,498,090	3,255,150	7,626,909	10,482,199	10,781,663	-	36,644,011
Alienações	(107,461)	(5,182,629)	(16,324)	(201,950)	-	-	(5,508,364)
Em 1 de Janeiro de 2020	14,308,905	16,261,382	18,797,956	35,448,752	25,568,230	-	110,385,225
Depreciação do exercício	6,524,717	5,999,583	7,626,859	10,217,307	12,009,609	-	42,378,075
Alienações	(41,820)	-	-	-	-	-	(41,820)
Em 31 de Dezembro de 2020	20,791,802	22,260,965	26,424,815	45,666,059	37,577,839	-	152,721,480
Quantia escriturada líquida							
Em 31 de Dezembro de 2020	9,241,869	20,032,194	9,928,494	9,189,956	26,833,226	2,136,270	77,362,009
Em 31 Dezembro de 2019	15,563,280	21,151,777	16,898,214	14,945,588	37,577,424	2,136,270	108,272,553

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticals

2020

2019

16. Activos sob direito de uso

O Banco adoptou a NIRF 16 a partir de 1 de Janeiro de 2019, que altera as Demonstrações Financeiras do Banco. Ao abrigo da IFRS 16, a maioria destes contratos de arrendamento tornou-se passivo inscrito no balanço com activos subjacentes ao direito de utilização. O Banco aplicou a abordagem retrospectiva modificada, que exige o reconhecimento do efeito cumulativo da aplicação inicial da NIRF 16, a partir de 1 de Janeiro de 2019, aos lucros acumulados e não os reexpressos de anos anteriores; contudo, o ajustamento não foi registado nos lucros acumulados. Ao fazê-lo, o Banco também fez uso do expediente prático de não reconhecer um activo de direito de uso ou um passivo de locação para locações cujo prazo de locação termine dentro de 12 meses a partir da data da aplicação inicial.

Uma vez que o Banco reconheceu o direito de uso dos activos pelo montante igual ao passivo de locação, não houve impacto nos lucros acumulados.

O Banco arrenda terrenos e edifícios. A informação sobre as locações para os quais o Banco é locatário é apresentada abaixo.

Custo	Locação de espaços	Total
Em 1 de Janeiro de 2019	-	-
Adições	269,452,712	269,452,712
Modificações	-	-
Cessação do contrato de locação	-	-
Em 1 de Janeiro de 2019	269,452,712	269,452,712
Adições	13,164,380	13,164,380
Modificações	(6,298,449)	(6,298,449)
Em 31 Dezembro de 2020	276,318,643	276,318,643
Amortizações acumulada		
Em 1 de Janeiro de 2019	-	-
Depreciação do exercício	43,088,490	43,088,490
Cessação do Contrato de Locação	-	-
Em 31 Dezembro de 2019	43,088,490	43,088,490
Depreciação do exercício	41,446,970	41,446,970
Cessação do contrato de locação	-	-
Em 31 Dezembro de 2020	84,535,460	84,535,460
Quantia escriturada líquida		
Em 31 Dezembro de 2020	191,783,183	191,783,183
Em 31 Dezembro de 2019	226,364,222	226,364,222

16.1 Montante reconhecido nos lucros ou prejuízos

Juros de contratos de locação financeira	45,049,881	53,215,828
Depreciação de um activo locado	41,446,970	43,088,490
Gastos relacionados com locações de curto prazo	777,620	10,341,532
	87,274,471	106,645,850

16.2 Montante reconhecido na demonstração dos fluxos de caixa

Total das saídas de caixa para locações	24,382,700	28,595,853
---	------------	------------

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais 2020 2019

17. Activos intangíveis

Activos não correntes

Custo	Software informático	Activo em de senvolvimento	Total
Em 1 de Janeiro de 2019	13,364,634	60,107,093	73,471,727
Adições	16,944,501	833,825	17,778,326
Transferências	462,150	(808,705)	(346,555)
Em 1 de Janeiro de 2020	30,771,285	60,132,213	90,903,498
Adições	1,612,220	485,796,323	487,408,543
Em 31 Dezembro de 2020	32,383,505	545,928,536	578,312,041
Amortizações acumuladas			
Em 1 de Janeiro de 2019	4,854,369	-	4,854,369
Amortizações do exercício	4,576,352	-	4,576,352
Em 1 de Janeiro de 2020	9,430,721	-	9,430,721
Amortizações do exercício	6,598,416	-	6,598,416
Em 31 Dezembro de 2020	16,029,137	-	16,029,137
Quantia escriturada líquida			
Em 31 December de 2020	16,354,368	545,928,536	562,282,904
Em 31 December de 2019	21,340,564	60,132,213	81,472,777

18. Recursos de clientes

Os Recursos de clientes são principalmente compostos por depósitos a prazo.

Empresas		
Depósitos a prazo	1,176,167,251	914,509,933
Contas correntes	67,034,791	5,875,529
Particulares		
Depósitos a prazo	1,507,854,199	1,182,550,456
Contas correntes	16,654,647	26,402,007
Total de depósitos de clientes	2,767,710,888	2,129,337,925
Análise de maturidade		
Passivos correntes		
Depósitos a prazo	2,652,870,484	2,060,236,102
Contas correntes	83,689,438	32,277,537
Passivos não correntes		
Depósitos a prazo	31,150,966	36,824,286
Contas correntes	-	-
	2,767,710,888	2,129,337,925

19. Recursos de instituições de crédito

Passivos correntes

Descoberto bancário	369,553	5,639
---------------------	---------	-------

Os saldos dos descobertos bancários referem-se a facilidades com outras instituições financeiras, e têm um prazo de vencimento de 1 ano, e os juros variam actualmente entre 14,90% e 15,90% por ano. (31 de Dezembro de 2019: 17% a 18% por ano).

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais	2020	2019	
20. Outros passivos			
Passivos correntes			
Contas a pagar	148,506,018	155,234,850	
Imposto retido na fonte a pagar	120,033,794	98,612,237	
Credores diversos e acréscimos de gastos	66,467,832	41,468,904	
Total de outros passivos	335,007,644	295,315,991	
21. Locação financeira			
Análise de maturação			
Até um ano	67,290,078	992,281	
Mais de um ano até cinco anos	224,125,617	-	
Mais de 5 anos	80,870,400	-	
	372,286,095	992,281	
Menos: encargos financeiros futuros	(146,559,847)	(61,076)	
Novas locações	-	242,311,811	
Total de passivos por locação não descontados em 31 de Dezembro	225,726,248	243,243,016	
Valor presente dos pagamentos mínimos de locação devidos			
Até um ano	36,886,206	931,205	
Do segundo ao quinto ano, inclusive	188,840,042	242,311,811	
Valor presente dos pagamentos mínimos das locações	225,726,248	243,243,016	
Passivos não correntes	188,840,042	206,999,590	
Passivos correntes	36,886,206	36,243,426	
	225,726,248	243,243,016	
22. Empréstimos			
Ao custo amortizado			
Obrigações	2,534,860,741	2,174,054,606	
Crédito de rendas	2,227,156,229	1,491,665,037	
Custos de transacção	(44,746,670)	(43,048,531)	
23. Empréstimos dos accionistas			
Empréstimos dos accionistas	(i)	2,423,760,900	2,253,746,647
Honorários de gestão	(ii)	366,233,826	182,914,919
Total dos empréstimos dos accionistas		2,789,994,726	2,436,661,566
Análise de maturidade			
Passivo não corrente	2,423,760,900	2,253,746,647	
Passivos correntes	366,233,826	182,914,919	
	2,789,994,726	2,436,661,566	

(i) Os empréstimos da Bayport Management Ltd são denominados em USD e MZN. O empréstimo em USD cobriu uma facilidade por um prazo 10 anos de USD 22.500.000 concedido em Janeiro de 2015 com juros a uma taxa fixa de 4% ao ano, que foi subsequentemente convertido em capital próprio e os saldos remanescentes de USD 19,5 milhões (incluindo honorários profissionais de USD 8,6 milhões) foram convertidos para MZN com a aprovação dos accionistas. Em Janeiro de 2017, foi concedido um empréstimo adicional no montante de USD 45 milhões a uma taxa fixa de 4% ao ano. 6 milhões de USD da referida facilidade é reembolsável em Agosto de 2022 e o saldo remanescente em Dezembro de 2026.

(ii) Os honorários profissionais são cobrados a 1,5% sobre empréstimos brutos desde Novembro de 2016.

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais		2020	2019
23. Empréstimos dos accionistas			
Empréstimos dos accionistas	(i)	2,423,760,900	2,253,746,647
Honorários de gestão	(ii)	366,233,826	182,914,919
Total dos empréstimos dos accionistas		2,789,994,726	2,436,661,566
Análise de maturidade			
Passivo não corrente		2,423,760,900	2,253,746,647
Passivos correntes		366, 233, 826	182, 914, 919
		2,789,994,726	2,436,661,566

(i) Os empréstimos da Bayport Management Ltd são denominados em USD e MZN. O empréstimo em USD cobriu uma facilidade por um prazo 10 anos de USD 22.500.000 concedido em Janeiro de 2015 com juros a uma taxa fixa de 4% ao ano, que foi subsequentemente convertido em capital próprio e os saldos remanescentes de USD 19,5 milhões (incluindo honorários profissionais de USD 8,6 milhões) foram convertidos para MZN com a aprovação dos accionistas. Em Janeiro de 2017, foi concedido um empréstimo adicional no montante de USD 45 milhões a uma taxa fixa de 4% ao ano. 6 milhões de USD da referida facilidade é reembolsável em Agosto de 2022 e o saldo remanescente em Dezembro de 2026.

(ii) Os honorários profissionais são cobrados a 1,5% sobre empréstimos brutos desde Novembro de 2016.

24. Capital Social

	Capital Social	Depósito de acções	Total
Em 1 de Janeiro de 2019	1,905,808,000	577,714,565	2,483,522,565
Emissão de acções	490,160,000	(490,160,000)	-
Depósito para acções	-	157,249,056	157,249,056
Em 1 de Janeiro de 2020	2,395,968,000	244,803,621	2,640,771,621
Emissão de acções	87,552,645	(87,552,645)	-
Em 31 Dezembro de 2020	2,483,520,645	157,250,976	2,640,771,621
		Nº. de acções	Total
Em 1 de Janeiro de 2019		1,905,808	1,905,808
Emissão de acções		490,160	490,160
Em 1 de Janeiro de 2020		2,395,968	2,395,968
Emissão de acções		87,553	87,553
Em 31 Dezembro de 2020		2,483,521	2,483,521

Durante o ano, foram emitidas 87.552 acções ordinárias (2019: 490,160).

25. Reserva legal

Em conformidade com a legislação moçambicana, o Banco deve alocar anualmente, a uma reserva legal, não menos de 15% dos seus lucros auditados do ano anterior após impostos, até que esta reserva seja igual ao montante do capital social. Por conseguinte, foi criada uma reserva legal no montante de MZN 65.156.526 com base nos lucros realizados em 2019.

Em 1 de Janeiro	63,315,843	21,622,296
Dotação do exercício	65,156,526	41,693,547
Em 31 de Dezembro	128,472,369	63,315,843

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticals	2020	2019
26. Caixa utilizado em operações		
Lucro antes de impostos	583,838,397	634,600,309
Ajustamentos:		
Depreciações e amortizações	90,423,461	84,308,853
Perda/(lucro) na alienação de activos não correntes detidos para venda	46,500	(986,082)
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	227,588,754	10,140,949
Aumento/(diminuição) da imparidade de crédito	255,347,178	(36,039,395)
Juros a pagar sobre depósitos de clientes	226,511,608	185,400,620
Juros a pagar sobre empréstimos	811,465,193	674,499,127
Variações no capital circulante:		
Aumento/(diminuição) de outros activos	109,884,885	(127,094,621)
Aumento do montante bruto de empréstimos e adiantamentos a clientes	(2,096,776,965)	(2,591,548,900)
Aumento das contas a pagar	156,819,849	198,927,659
Aumento em depósitos de clientes	638,811,974	1,104,850,383
Caixa utilizado em operações	1,003,960,834	137,058,902

27. Variações nos passivos decorrentes de actividades de financiamento

Reconciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento - 2020

	Saldo de abertura	Movimentos	Outros movimentos não monetários	Fluxos de caixa	Saldo final
Locação financeira	243,243,016	-	6,865,932	(24,382,700)	225,726,248
Empréstimos	3,622,671,111	-	10,612,792	1,083,986,396	4,717,270,299
Empréstimos dos accionistas (i)	2,253,746,647	161,399,334	77,420,409	(68,805,490)	2,423,760,900
Total de passivos decorrentes de actividades de financiamento	6,119,660,774	161,399,334	94,899,133	990,798,206	7,366,757,447

Reconciliação de passivos decorrentes de actividades de financiamento – 2019

	Saldo de abertura	Variações cambiais	Outros movimentos não monetários	Fluxos de caixa	Saldo final
Locação financeira	2,386,157	-	269,452,712	(28,595,853)	243,243,016
Empréstimos	2,413,467,923	-	113,306,322	1,095,896,866	3,622,671,111
Empréstimos dos accionistas (i)	2,132,178,289	9,335,093	63,026,979	49,206,286	2,253,746,647
Total de passivos decorrentes de actividades de financiamento	4,548,032,369	9,335,093	445,786,013	1,116,507,299	6,119,660,774

(i) O montante a pagar aos accionistas exclui os honorários profissionais, uma vez que não se qualifica como fluxos de caixa das actividades de financiamento

28. Caixa e equivalentes de caixa

Segue-se um resumo do total de caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	282,769,581	230,703,736
Depósitos em outras instituições financeiras	11	152,441,778	310,674,721
Recursos de instituições de crédito	19	(369,553)	(5,639)
Total de caixa e equivalentes de caixa		434,841,806	541,372,818

29. Passivos contingentes

Não existiam passivos contingentes materiais conhecidos à data de relato.

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticals 2020 2019

30. Partes relacionadas

Empresa-mãe	Bayport Management Ltd
Empresa sob controlo conjunto	Actvest (Proprietary) Limited
Accionista	Whatana Investments, S.A
Administradores	Hon. Prof José Mateus Muaria Katupha
	Mrs Suzzete Jose Dalsuco
Conselho Fiscal	Nazir Bhikka
	Edgar Baloi
	CW Drucker

30.1 Saldo de partes relacionadas

Montante devido a partes relacionadas

Bayport Management Ltd (Empréstimo)	2,423,760,900	2,253,746,647
Bayport Management Ltd (Honorários profissionais)	366,233,826	182,914,919
Actvest (Proprietary) Limited (Recuperação de custos)	408,762	413,458
Actvest (Proprietary) Limited (Honorários de Gestão)	110,894,794	125,071,100

O montante a pagar aos accionistas encontra-se divulgado na nota 23.

30.2 Transacções com partes relacionadas

Bayport Management Ltd

Juros pagos	215,591,027	199,539,260
Honorários por serviços profissionais	150,560,421	112,375,010

Actvest (Proprietary) Ltd

Honorários por serviços profissionais	119,789,850	92,708,051
---------------------------------------	-------------	------------

Whatana Investments, S.A

Remuneração dos administradores	22,553,852	18,434,283
---------------------------------	------------	------------

Remuneração dos administradores

Remuneração dos administradores	4,430,454	3,419,443
---------------------------------	-----------	-----------

30.3 Remunerações dos administradores e outro pessoal chave da gestão

Benefícios de curto prazo ao pessoal	29,192,438	23,078,955
--------------------------------------	------------	------------

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais	2020	2019
---------------------	------	------

31. Gestão de risco

O Conselho de Administração é responsável pela gestão de riscos e pelo estabelecimento da estrutura de gestão de risco. O Comité de Auditoria, Risco e Conformidade ("ARC") é responsável pela supervisão de gestão de risco. O Comité de ARC monitora riscos associados aos relatórios financeiros, políticas contabilísticas, controlo interno e governação de tecnologias de informação. O comité de auditoria, risco e conformidade é responsável pela gestão do risco, incluindo a definição do quadro de gestão do risco, a definição do apetite pelo risco e o controlo da gestão de risco do Banco, incluindo o crédito e a conformidade.

31.1 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda resultante de incumprimento de um cliente ou uma contraparte em cumprir uma obrigação para com o Banco. Os principais risco de crédito a que o Banco está exposto resultam de empréstimos a retalho. Não faz parte das estratégias do Banco evitar o risco de crédito, mas pelo contrário gerir risco de crédito no âmbito da apetência pelo risco do Banco e obter um retorno adequado e ajustado ao risco.

Gestão e mensuração de risco de crédito

O Banco é responsável pela identificação, mensuração, gestão, controlo e comunicação de risco de crédito às suas unidades de negócios. A exposição a perdas de crédito é gerida pela avaliação da sustentabilidade do cliente e da sua capacidade de reembolsar empréstimos, o perfil de risco, a situação de emprego e a estabilidade do cliente. Os prazos de empréstimos concedidos variam de 3 a 60 meses. A imparidade é monitorada e registada usando técnicas estatísticas, incluindo modelos comportamentais e experimentais. Estes modelos são baseados em informações de desempenho financeiro dos clientes enquanto fizerem parte da carteira e assumem que o desempenho recente é um forte indicador de desempenho futuro. Os modelos são desenvolvidos internamente.

As cobranças das prestações são feitas através de deduções na folha de pagamento ou cobranças por ordem de débito. O modelo de identificação de perdas esperadas é desenvolvido usando técnicas estatísticas com base em dados históricos reais, taxas de desconto e os períodos de desconto. A perda esperada é calculada para cada conta activa, usando estimativas de parâmetro incluindo a probabilidade de incumprimento ("PD" na sigla Inglesa), exposição em incumprimento (EAD na sigla Inglesa) e perda dado o incumprimento (LGD na sigla Inglesa), segmentada usando situações de delinquência assumida (antiguidade, actualização e motivo para incumprimento) assim como o prazo remanescente. A segmentação garante grupos de risco homogêneos. A perda dado o incumprimento é calculada numa base explícita por conta, tomando em consideração o saldo a liquidar, as taxas de desconto e os períodos de desconto.

O Banco utilizou a definição de vencido há mais de 30 dias para determinar o aumento significativo do risco de crédito conforme o parágrafo 5.5.11 da NIRF 9.

Uma vez que as cobranças são principalmente através de deduções na folha de pagamentos, o Banco definiu activos financeiros em imparidade de crédito como sendo aqueles que falharam 4 ou mais prestações consecutivas ou quando existirem informações qualitativas que demonstrem o mutuário estar em dificuldade financeira. Portanto, rebatemos o pressuposto de 90 dias, com base na análise quantitativa histórica das probabilidades de incumprimento e no alinhamento de processos operacionais de cobrança.

Activos financeiros sujeitos a risco

A exposição máxima ao risco de crédito dos activos financeiros no final do exercício é analisada como se segue:

Em 31 Dezembro de 2020	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros contas a receber	Outros investimentos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade	9,842,323,755	42,526,421	1,271,286,876	11,156,137,052
Vencido mas não em imparidade	1,110,445,685	-	-	1,110,445,685
Em imparidade	99,533,035	-	-	99,533,035
Dedução da imparidade	(260,719,112)	(49,055)	-	(260,768,167)
	10,791,583,363	42,477,366	1,271,286,876	12,105,347,605
Em 31 Dezembro de 2019	Empréstimos e adiantamentos a clientes	Outros contas a receber	Outros investimentos financeiros	Total
Nem vencido nem em imparidade	7,720,169,377	24,811,310	634,293,283	8,379,273,970
Vencido mas não em imparidade	940,430,645	-	-	940,430,645
Em imparidade	214,539,245	-	-	214,539,245
Dedução da imparidade	(244,650,811)	(144,095)	-	(244,794,906)
	8,630,488,456	24,667,215	634,293,283	9,289,448,954

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticals	2020	2019
---------------------	------	------

31. Gestão de risco (continuação)

31.1 Risco de crédito (continuação)

Activos financeiros vencidos mas sem imparidade de crédito

A maturidade dos empréstimos e adiantamentos vencidos não em imparidade são os seguintes:

Vencido até		
1 mês	437,841,937	210,069,645
1-2 meses	172,684,280	155,375,044
2-3 meses	111,185,680	104,856,622
3-4 meses	74,848,520	91,250,412
Mais de 4 meses	313,885,268	378,878,922
Empréstimos vencidos mas não em imparidade	1,110,445,685	940,430,645

Avaliação das garantias

Os empréstimos não são garantidos e a garantia detida pelo Banco é imaterial.

Reconciliação das perdas por imparidade

	Perdas por imparidade para 12 meses	Perdas por imparidade previstas para o ciclo de vida	Activos financeiros com perdas por imparidade	Total
Em 1 de Janeiro de 2019	65,044,659	141,690,880	74,513,876	281,249,415
Originações	34,824,170	13,788,518	(41,770,555)	6,842,133
Movimentos da carteira existente	24,661,880	38,245,723	176,214,119	239,121,722
Desreconhecimento (liquidações no decurso normal das actividades)	(64,956,253)	(141,690,879)	(75,300,429)	(281,947,561)
Abates	-	-	(470,803)	(470,803)
Em 1 de Janeiro de 2020	59,574,456	52,034,242	133,186,208	244,794,906
Originações	33,776,603	34,189,887	8,306,231	76,272,721
Movimentos da carteira existente	(14,447,646)	91,517,057	95,450,429	172,519,840
Desreconhecimento (liquidações no decurso normal das actividades)	(13,416,731)	(8,202,613)	(8,381,901)	(30,001,245)
Abates	-	-	(202,818,055)	(202,818,055)
Em 31 Dezembro de 2020	65,486,682	169,538,573	25,742,912	260,768,167

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais		2020	2019
31. Gestão de risco (continuação)			
31.2 Categorias de instrumentos financeiros			
Activos financeiros			
<u>Ao custo amortizado</u>			
Caixa e disponibilidades no Banco Central	10	282,769,581	230,703,736
Depósitos em outras instituições financeiras	11	152,441,778	310,674,721
Empréstimos e adiantamentos a clientes		10,791,534,310	8,630,488,456
Outros activos		42,525,146	24,667,215
Outros investimentos financeiros	14.2	1,264,326,574	627,332,981
<u>Ao justo valor através de outro rendimento integral</u>			
Outros investimentos financeiros	14.1	6,960,302	6,960,302
Total de Activos financeiros		12,540,557,691	9,830,827,411
Passivos financeiros			
<u>Ao custo amortizado</u>			
Recursos de clientes	18	2,767,710,888	2,129,337,925
Recursos de instituições de crédito	19	369,553	5,639
Outros passivos		208,162,887	383,013,757
Locação financeira	21	225,726,248	243,243,016
Empréstimos*	22	4,762,016,970	3,665,719,642
Empréstimos dos accionistas	23	2,789,994,726	2,436,661,566
Total de Passivos financeiros		10,753,981,272	8,857,981,545

* Os fundos emprestados excluem os custos de transacção diferidos que não são instrumentos financeiros.

31.3 Gestão de riscos financeiros

As actividades do Banco encontram-se expostas a uma variedade de riscos financeiros e essas actividades envolvem a análise, avaliação, aceitação e gestão de algum grau de risco ou combinação de riscos. Assumir risco é inerente à actividade financeira, e os riscos operacionais são uma consequência inevitável do exercer esta actividade. O objectivo do Banco é, portanto, alcançar um equilíbrio adequado entre o risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Banco.

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais

31. Gestão de risco (continuação)

31.4 Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os activos e passivos em agrupamentos de maturidade relevantes, com base no período remanescente da demonstração da posição financeira à data de maturidade contratual. Os montantes divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

A adequação e a inadequação controlada dos prazos de vencimento e das taxas de juros de activos e passivos é fundamental para a gestão do Banco. Não é comum que as instituições financeiras sejam sempre completamente correspondidas considerando que o negócio praticado é, muitas vezes, incerto e de diferentes tipos. Uma posição não correspondida aumenta potencialmente a lucratividade, mas pode aumentar igualmente o risco de perdas.

A maturidade dos activos e passivos para substituir, a um custo aceitável, passivos geradores de juros assim que vençam, é um factor importante na avaliação da liquidez do Banco e da sua exposição a mudanças nas taxas de juros e taxas de câmbio.

Em 31 de Dezembro 2020

Fluxo de caixa de activos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1-5 anos	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	282,769,581	-	-	282,769,581
Disponibilidades em outras instituições de crédito	152,441,778	-	-	152,441,778
Empréstimos e adiantamentos a clientes	996,789,705	3,856,588,405	16,291,427,940	21,144,806,050
Outros activos	42,525,146	-	-	42,525,146
Investimentos financeiros	567,104,166	700,446,688	-	1,267,550,854
Fluxo de caixa de activos financeiros	2,041,630,376	4,557,035,093	16,291,427,940	22,890,093,409
Fluxos de caixa de passivos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1-5 anos	Total
Recursos de clientes	891,925,210	2,000,137,864	34,843,260	2,926,906,334
Recursos de instituições de crédito	369,554	-	-	369,554
Outros passivos	208,162,887	-	-	208,162,887
Locação financeira	16,585,222	48,654,256	278,889,066	344,128,544
Empréstimos	485,270,625	2,588,445,743	4,068,786,473	7,142,502,841
Empréstimos dos accionistas	424,593,682	175,079,568	3,315,911,269	3,915,584,519
Fluxo de caixa de passivos financeiros	2,026,907,180	4,812,317,431	7,698,430,068	14,537,654,679
Posição financeira líquida	14,723,196	(255,282,338)	8,592,997,872	8,352,438,730

Em 31 de Dezembro 2019

Fluxo de caixa de activos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1-5 anos	Total
Caixa e disponibilidades no Banco Central	230,703,736	-	-	230,703,736
Disponibilidades em outras instituições de crédito	310,674,721	-	-	310,674,721
Empréstimos e adiantamentos a clientes	837,519,927	3,268,460,100	13,498,856,346	17,604,836,373
Outros activos	22,307,091	-	-	22,307,091
Investimentos financeiros	634,293,283	-	-	634,293,283
Fluxo de caixa de activos financeiros	2,035,498,758	3,268,460,100	13,498,856,346	18,802,815,204
Fluxos de caixa e passivos financeiros	0-3 meses	4-12 meses	1-5 anos	Total
Recursos de clientes	673,331,020	1,545,843,355	40,134,993	2,259,309,368
Recurso de instituições de crédito	5,639	-	-	5,639
Outros passivos	383,013,757	-	-	383,013,757
Locação financeira	19,454,248	64,918,042	383,519,092	467,891,382
Empréstimos	432,170,164	747,699,778	4,037,912,588	5,217,782,530
Empréstimos dos accionistas	235,736,323	158,464,215	3,282,568,101	3,676,768,639
Fluxo de caixa e passivos financeiros	1,743,711,151	2,516,925,390	7,744,134,774	12,004,771,315
Posição financeira líquida	291,787,607	751,534,710	5,754,721,572	6,798,043,889

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticals

31. Gestão de risco (continuação)

31.5 Risco de Mercado

Risco de mercado é o risco de que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros irá variar devido a alterações das variáveis do mercado, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, e os preços das acções. O risco dos preços das acções não se aplica à instituição.

31.6 Risco de taxa de juro

O objectivo do processo de gestão de risco de taxas de juro do Banco é gerir e controlar a exposição das taxas de juro para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão do Banco.

O risco das taxas de juro é o risco de os movimentos nas taxas de juro reduzirem o rendimento ou o capital do Banco.

A parte principal da gestão de risco das taxas de juro do Banco é o acompanhamento da sensibilidade do rendimento líquido de juros projectado sob diferentes cenários de taxas de juro (modelo de simulação). O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco de taxas de juro, mitigar o impacto dos potenciais movimentos nas taxas de juro, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Análise de sensibilidade - Aumento/diminuição de 10% da margem de juro líquida.

A análise de sensibilidade ao risco da taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- As alterações nas taxas de juro do mercado afectam as receitas ou despesas de juros dos instrumentos financeiros variáveis,
- As alterações nas taxas de juro do mercado só afectam as receitas ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estas forem reconhecidas pelos seus justos valores,
- As alterações da taxa de juro terão um efeito nos activos e passivos sensíveis aos juros e, por conseguinte, a modelização de simulação é aplicada a instrumentos financeiros que são cotados a taxas de juro variáveis,
- As projecções fazem outras suposições, incluindo que todas as posições correm até à maturidade.

A tabela abaixo apresenta o impacto no lucro corrente e no capital próprio de uma redução ou aumento paralela incremental de 10% em todas as curvas de rendimento no início dos exercícios financeiros com início em 01 de Janeiro de 2020 e 01 de Janeiro de 2019, respectivamente.

Em 31 Dezembro de 2020	Montante	Cenário 1 Efeito após aumento de 10% em MZN de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após redução de 10% em MZN de juros variáveis
Lucro depois de impostos	392,618,271	370,733,402	414,503,140
Capital próprio	2,608,801,606	2,586,916,737	2,630,686,475

Em 31 Dezembro de 2019	Montante	Cenário 1 Efeito após aumento de 10% em MZN de juros variáveis	Cenário 2 Efeito após redução de 10% em MZN de juros variáveis
Lucro depois de impostos	434,376,840	418,237,895	450,515,785
Capital próprio	2,216,183,335	2,200,044,390	2,232,322,280

Assumindo a falta de acções de gestão, uma subida diminuiria os lucros após impostos do Banco e o capital próprio em MZN 21,884,869 (31 de Dezembro de 2019: MZN 16,138,945) enquanto uma redução aumentaria os lucros após impostos e o capital próprio nas mesmas quantias.

31.7 Gestão de risco de capital

A estrutura de capital do Banco consiste em capital próprio atribuível aos accionistas que compreende o capital realizados e os lucros acumulados. O Banco revê a estrutura de capital numa base regular. O Banco não está sujeito a nenhum requisito de capital externamente imposto.

A estrutura de capital do Banco consiste em dívida, que inclui os empréstimos bancários divulgados nas notas 21 e 22, valores a pagar aos accionistas divulgados na nota 23, caixa e equivalentes de caixa divulgados nas notas 10, 11 e 19 e o capital próprio conforme divulgado na demonstração da posição financeira. De modo a manter ou ajustar a estrutura de capital, o Banco pode ajustar o montante dos dividendos pagos aos accionistas, retornar o capital aos accionistas, emitir novas acções para reduzir a dívida. Tal como as outras entidades no sector, o Banco monitora o capital em função do rácio de alavancagem.

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticals

31. Gestão de risco (continuação)

31.8 Risco cambial

O Banco possui certos empréstimos em moeda estrangeira e está sujeito a riscos cambiais decorrentes de várias exposições cambiais. Por conseguinte, o Banco está exposto ao risco de que as quantias escrituradas desses activos e passivos denominados em moeda estrangeira possam mudar devido a flutuações nas taxas de câmbio.

A posição cambial do Banco é a seguinte:

Em 31 Dezembro de 2020	MZN	USD	ZAR	Total
Activos				
Caixa e disponibilidades no Banco Central e depósitos junto de outras instituições	434,172,891	1,035,779	2,688	435,211,358
Empréstimos a adiantamentos a clientes	10,791,534,310	-	-	10,791,534,310
Outros activos	42,525,146	-	-	42,525,146
Investimentos em outros activos financeiros ao custo amortizado	1,271,286,876	-	-	1,271,286,876
Total de Activos financeiros	12,539,519,223	1,035,779	2,688	12,540,557,690
Passivos				
Recursos de clientes	2,767,710,888	-	-	2,767,710,888
Recurso de Instituições de crédito	369,553	-	-	369,553
Outros Passivos	96,859,331	110,894,794	408,762	208,162,887
Locação financeira	225,726,248	-	-	225,726,248
Empréstimos	4,762,016,970	-	-	4,762,016,970
Empréstimos dos accionistas	1,516,544,328	1,273,450,398	-	2,789,994,726
Total financial liabilities	9,369,227,318	1,384,345,192	408,762	10,753,981,272
Posição financeira líquida	3,170,291,905	(1,383,309,413)	(406,074)	1,786,576,418
Em 31 Dezembro de 2019				
Total de Activos financeiros	9,828,987,570	1,839,195	646	9,830,827,411
Total de Passivos financeiros	(7,449,331,680)	(1,215,779,837)	(450,994)	(8,665,562,511)
Posição financeira líquida	2,379,655,890	(1,213,940,642)	(450,348)	1,165,264,900

O objectivo do processo de gestão de risco cambial do Banco é gerir e controlar a exposição cambial para otimizar o retorno sobre o risco, mantendo um perfil de mercado consistente com a missão da entidade.

O risco cambial é o risco dos movimentos das taxas de câmbio reduzirem os rendimentos ou o capital do Banco.

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticals

31. Gestão de risco (continuação)

31.8 Risco Cambial (continuação)

A parte principal da gestão de risco cambial do Banco é o acompanhamento da sensibilidade dos ganhos futuros e do capital para diferentes taxas de câmbio. O Banco tem como objectivo, através da sua gestão de risco cambial, mitigar o impacto das flutuações cambiais, que poderiam reduzir os resultados futuros e o capital.

Riscos cambiais - apreciação/depreciação do Metical face a outras moedas em 10%

A análise de sensibilidade de riscos cambiais baseia-se nos seguintes pressupostos:

- As exposições cambiais representam posições cambiais líquidas de todas as moedas diferentes do Metical,
- A análise de sensibilidade de moedas é baseada no pressuposto de que todas as posições cambiais líquidas são altamente eficazes,
- A moeda base em que os negócios do Banco são realizados é o Metical.

A tabela abaixo resume o impacto sobre o lucro do exercício corrente e o capital próprio de uma redução 10% e de um aumento correspondente em todas as moedas estrangeiras no início do exercício financeiro iniciado em 1 de Janeiro de 2020 e 1 de Janeiro de 2019 respectivamente.

Assumindo a ausência de acções de gestão, uma série de tais reduções e aumentos afectaria os ganhos futuros e o capital, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Em 31 Dezembro de 2020	Montante	Cenário 1 Efeito após apreciação de 10% em MZN	Cenário 2 Efeito após depreciação 10% em MZN
Lucro após impostos	392,618,271	486,781,540	298,455,002
Capital próprio	2,608,801,606	2,702,964,875	2,514,638,337
Em 31 Dezembro de 2019	Montante	Cenário 1 Efeito após apreciação de 10% em MZN	Cenário 2 Efeito após depreciação 10% em MZN
Lucro após impostos	434,376,840	516,955,427	351,798,253
Capital próprio	2,216,183,335	2,133,595,748	2,298,770,922

Assumindo a falta de acções de gestão, uma apreciação do Metical aumentaria o lucro após de impostos e o capital próprio do exercício em MZN 94.163.269 (31 de Dezembro de 2019 em MZN 82.578.587), aumento do capital próprio em MZN 94.163.269 (31 de Dezembro de 2019 em MZN 82.578.587), enquanto uma depreciação no Metical diminuiria o lucro após impostos e o capital próprio.

32. Risco operacional

O risco operacional é o risco de perdas decorrentes de falhas de sistemas, erro humano, fraude ou acontecimentos externos. Quando ocorre uma falha nos controlos, os riscos operacionais podem causar danos na reputação da instituição, ter implicações legais ou regulamentares ou dar origem a perdas financeiras. A instituição não pode esperar eliminar todos os riscos operacionais, mas através de uma estrutura de controlo e de monitoria e respondendo aos potenciais riscos, a instituição é capaz de gerir os riscos. Os controlos incluem uma efectiva segregação de funções, acesso, autorização e procedimentos de reconciliação, formação do pessoal e processos de avaliação.

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais

33. Mensuração do justo valor

As informações abaixo apresentam a forma como o Banco determina o justo valor dos diversos activos e passivos financeiros.

Os instrumentos financeiros que são mensurados após o reconhecimento inicial pelo justo valor, são agrupados em Níveis 1 a 3 com base no grau em que o justo valor é observável:

Nível 1: Preços cotados (não ajustáveis) em mercados activos para os activos e passivos financeiros idênticos. Este nível inclui valores mobiliários cotados e instrumentos de dívida na bolsa de valores (por exemplo, Bolsa de Valores de Moçambique).

Nível 2: *Inputs*, além dos preços cotados, incluídos no nível 1 que são adoptados pelo mercado para o activo ou passivo, seja directamente (ou seja, como preços) ou indirectamente (ou seja, derivados dos preços).

Nível 3: *Inputs* para o activo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Este nível inclui investimentos de capital e instrumentos de dívida com componentes não observáveis significativos.

Justo valor de activos e passivos financeiros do Banco que são mensurados pelo justo valor numa base recorrente.

Excepto quando divulgado em outra parte, os Administradores consideram que a quantia escriturada dos outros activos financeiros se aproxima dos seus justos valores.

Justo valor de activos e passivos financeiros que não são mensurados pelo justo valor numa base recorrente (mas cujas divulgações do justo valor são necessárias)

O Banco avalia pelo modelo do valor actual líquido para obter o valor justo das Obrigações do Tesouro em activos financeiros disponíveis para venda. As taxas de juros utilizadas para o desconto são observáveis no mercado e correspondem às taxas de juros dos Bilhetes do Tesouro, dependendo das datas de maturidade.

O justo valor de instrumentos não cotados, empréstimos bancários e outros passivos financeiros é estimado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros usando taxas actualmente disponíveis para dívidas em condições similares, risco de crédito e maturidades remanescentes.

A tabela a seguir mostra uma análise dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado pelo nível da hierarquia de justo valor:

	Em 31 December de 2020		Em 31 December de 2019	
	Quantia escriturada MZN	Justo valor MZN	Quantia scriturada MZN	Justo valor MZN
Activos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Outros investimentos financeiros	1,264,326,574	1,264,326,574	627,332,981	627,332,981
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	10,791,485,256	10,791,485,256	8,630,488,456	8,630,488,456
Ao justo valor através de outro rendimento integral				
- Investimentos financeiros	6,960,302	6,960,302	6,960,302	6,960,302
	12,062,772,132	12,062,772,132	9,264,781,739	9,264,781,739
Passivos financeiros				
Passivo financeiro ao custo amortizado				
- Recursos de clientes	2,767,710,888	2,767,710,888	2,129,337,925	2,129,337,925
- Locação financeira	225,726,248	225,726,248	243,243,016	243,243,016
- Empréstimos	4,762,016,970	4,762,016,970	3,622,671,111	3,622,671,111
- Empréstimos dos accionistas	2,789,994,726	2,789,994,726	2,436,661,566	2,436,661,566
	10,545,448,832	10,545,448,832	8,431,913,618	8,431,913,618

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais

33. Mensurações a Valor Justo (continuação)

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2020

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros				
ao custo amortizado				
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	10,791,485,256	10,791,485,256
- Outros activos financeiros	-	-	1,264,326,574	1,264,326,574
Ao justo valor através de outro rendimento integral				
Investimentos financeiros	-	-	6,960,302	6,960,302
Total	-	-	12,062,772,132	12,062,772,132

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros				
ao custo amortizado				
- Recursos de clientes	-	-	2,767,710,888	2,767,710,888
- Locação financeira	-	-	225,726,248	225,726,248
- Empréstimos	-	-	4,762,016,970	4,762,016,970
- Empréstimos dos accionistas	-	-	2,789,994,726	2,789,994,726
Total	-	-	10,545,448,832	10,545,448,832

Hierarquia do justo valor em 31 de Dezembro de 2019

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
Activos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	-	8,630,488,456	8,630,488,456
- Outros investimentos financeiros	-	-	627,332,981	627,332,981
Ao justo valor através de outro rendimento integral				
Outros investimentos financeiros	-	-	6,960,302	6,960,302
Total	-	-	9,264,781,739	9,264,781,739

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
	MZN	MZN	MZN	MZN
Passivos financeiros				
Ao custo amortizado				
- Depósitos de clientes	-	-	2,129,337,925	2,129,337,925
- Locação financeira	-	-	243,243,016	243,243,016
- Empréstimos	-	-	3,622,671,111	3,622,671,111
- Empréstimos dos accionistas	-	-	2,436,661,566	2,436,661,566
Total	-	-	8,431,913,618	8,431,913,618

Notas às Demonstrações Financeiras (continuação)

Valores em Meticais	2020	2019
---------------------	------	------

34. Gestão de Capital

O Banco mantém uma gestão activa do capital para cobrir os riscos inerentes ao negócio. A adequação do capital do Banco é monitorado usando, entre outras medidas, as regras e os rácios estabelecidos pelo Banco de Moçambique. Os principais objectivos da gestão de capital são os que visam que a Bayport:

- cumpra com os requisitos de capitais impostos pelo Banco de Moçambique;
- mantenha uma forte e saudável notação de rácios de capital, a fim de apoiar o seu negócio; e
- tenha a capacidade de operar segundo o pressuposto da continuidade, a fim de proporcionar o máximo retorno, e maximizar o valor aos accionistas.

A Bayport cumpre com os requisitos emanados pelo Banco de Moçambique, estando sujeito a um acompanhamento contínuo diário das posições cambiais e numa base mensal, no que diz respeito ao Rácio de Adequação de Capital tal como à Solvabilidade e à Concentração de Crédito. O Banco de Moçambique exige a cada banco para manter o nível mínimo do capital regulamentar de 8% dos activos ponderados pelo risco. Por este facto, o Banco não poderá aumentar o património de activos, de acordo com o Aviso 6/GBM/2007 e a capacidade de continuidade pode estar em causa.

A tabela a seguir resume o cálculo do índice de adequação de capital da instituição para a exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 de acordo com as exigências do Banco de Moçambique:

Fundos próprios de base (Tíer I)		
Capital social realizado	2,483,520,645	2,395,968,000
Reserva legal	128,472,368	63,315,843
Reservas elegíveis e resultados transitados	(553,060,653)	(922,281,240)
Activos intangíveis	(562,282,901)	(81,472,777)
Gap na imparidade de crédito	(328,265,867)	(506,483,225)
Fundos próprios de base (Tíer I)	1,168,383,592	949,046,601
Fundos próprios complementares (Tíer II)		
Outros	1,195,743	1,068,496
Fundos próprios complementares (Tíer II)	1,195,743	1,068,496
Capital Elegível (Tíer I e Tíer II)	1,169,579,335	950,115,097
Activos Ponderados pelo Risco (APR)		
Na Posição financeira	9,565,941,461	8,547,969,838
Na Posição extrapatrimonial	-	-
Risco operacional e de mercado	197,682,596	173,323,143
	9,763,624,057	8,721,292,981
Rácios de adequação de Capital		
Tíer I	11.97 %	10.88 %
Tíer II	0.01 %	0.01 %
Rácio de solvabilidade	11.98 %	10.89 %
Rácio de solvabilidade (Mínimo Exigido)	8.00%	8.00 %

35. Acontecimentos após a data do balanço

Não houveram eventos significativos após a data de relato que exigissem a divulgação ou ajustamento nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020